

Seguros & Cidadania

DAS CIDADES INTELIGENTES
À SMART NATION



 Siga-nos:
www.apseguradores.pt

 Para ver e fazer download desta revista online aceda às Publicações Periódicas, no site da APS.

 Publicação
Rua Rodrigo da Fonseca, 41
1250-190 Lisboa

Design e paginação
Zincodesign

Tiragem
online

Depósito Legal
440692/18

novembro 2021



04. EDITORIAL - ALEXANDRA QUEIROZ, DIRETORA GERAL DA APS

01. INSTITUCIONAL

06. ENTREVISTA A TERESA BRANTUAS, CEO DA ALLIANZ PORTUGAL

“A SUSTENTABILIDADE ASSUME UM PAPEL DETERMINANTE EM TUDO O QUE PROJETAMOS PARA O FUTURO”

10. ENTREVISTA A ALEXANDRE RAMOS, *CHIEF INFORMATION OFFICER* (CIO)

DA LIBERTY NA EUROPA OCIDENTAL “QUEREMOS SER 100% DIGITAIS, SUPORTANDO OS MOMENTOS CRÍTICOS FISICAMENTE”

02. DESTAQUE

14. ARTIGO DE OPINIÃO DE TOM STANDAGE, *DEPUTY EDITOR* DA REVISTA *THE ECONOMIST* “WHICH NEW TECHNOLOGIES WILL TRANSFORM OUR DAILY LIVES?”

16. DAS CIDADES INTELIGENTES À SMART NATION

20. ENTREVISTA A NADIM HABIB, PROFESSOR NA NOVA SBE

“A PANDEMIA LEMBROU-NOS QUE JÁ ANDÁVAMOS INFELIZES NO TRABALHO. E PRECISAMOS DE FAZER QUALQUER COISA”

24. SEGURADORES EUROPEUS APOIAM O COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

03. SEGUROS EM NÚMEROS

26. O SETOR SEGURADOR EM SETEMBRO

04. LITERACIA FINANCEIRA

27. FUNDAÇÃO DR. ANTÓNIO CUPERTINO DE MIRANDA PROMOVE FÓRUM PARA DEBATER O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NA TRANSIÇÃO PARA A REFORMA

27. O NOVO LIVRO “MAIS VALE PREVENIR DO QUE REMEDIAR”, DA APS

05. NOTÍCIAS

30. APS LANÇA CASA – CENTRO DE COMUNICAÇÃO E APRENDIZAGEM DE SEGUROS

32. CONFERÊNCIA ANUAL DA APS DEBATE O IMPACTO DA INOVAÇÃO E DA TECNOLOGIA NA VIDA DAS PESSOAS E DAS ORGANIZAÇÕES

34. REVISÃO DA DIRETIVA SOBRE O SEGURO AUTOMÓVEL

36. SEMANA MUNDIAL DO INVESTIDOR: RUMO A UM SISTEMA INTEGRADO DE ACOMPANHAMENTO DE PENSÕES

38. ASF REALIZA CONFERÊNCIA ANUAL

38. COVID-19: O FIM DE UMA RADIOGRAFIA À PANDEMIA?

40. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS NO SETOR SEGURADOR

06. ANÁLISE

42. ANÁLISE DE SISTEMAS DE SAÚDE – APS

46. INUNDAÇÕES DE JULHO 2021 NA EUROPA E ERUPÇÃO DO VULCÃO NA ILHA DE LA PALMA – APS

07. ÚLTIMAS

49. POUPANÇA E REFORMA, UMA SEMANA DE DEBATES

Seguros & Cidadania



“As pessoas têm medo das mudanças. Eu tenho medo que as coisas nunca mudem.” - Chico Buarque

Vivemos, de facto, tempos de mudança, como em regra acontece. Mas, nem sempre a mudança é tão acelerada nem a perceção das transformações que envolvem o nosso quotidiano é tão nítida.

Como sabemos, os processos de mudança são sempre complexos e contraditórios, não afetando todas as pessoas e grupos sociais por igual nem do mesmo modo. Daí a incerteza que lhes está associada e o medo que,

muitas vezes, geram. Uma mudança positiva para uns pode ser negativa, ao menos no imediato, para outros. Algumas, aliás, são marcadamente positivas e outras marcadamente negativas. Se as (r)evoluções tecnológicas trazem, em geral, avanços e benefícios inegáveis, sobretudo se e quando delas é feito um uso criterioso, as alterações climáticas, pelo seu lado, constituem uma séria ameaça, que temos de ser capazes de combater e mitigar.

Estas constatações foram o mote para a organização da Conferência Anual da Associação Portuguesa de Seguradores, realizada a 24 de novembro de 2021, sob o lema *Smart Living – Tecnologia e Inovação no Quotidiano do Futuro*, e constituem também o tema central desta edição da revista.

Dela consta, por isso, a opinião de alguns dos participantes na Conferência, que nos dão nota dos tempos extraordinários que se avizinham e que esperamos que sejam um incentivo e um desafio para as empresas de seguros mostrarem a sua capacidade de inovação e de adaptação às acrescidas necessidades dos seus clientes, de modo a minimizar os riscos e o medo associados à mudança.

Encontramos, também, nesta edição da revista, o testemunho de duas seguradoras que partilham connosco as suas estratégias para os tempos mais próximos.

E como de “novos tempos” também se falou durante as eleições autárquicas realizadas em setembro fomos espreitar os programas eleitorais de alguns dos vencedores dessas eleições.

Ao falar de mudança, um tema incontornável sempre se perfila: o das alterações climáticas e o seu impacto na vida do nosso planeta e das pessoas que o habitam. Acompanhamos, por isso, de perto a cimeira do clima e damos notícia da posição do setor segurador europeu. As últimas catástrofes naturais que ocorreram mais perto de nós, e que nos devem preocupar, têm também destaque nesta edição: falamos das grandes cheias na Alemanha, Bélgica e Holanda e da erupção do vulcão nas Canárias.

Não descuramos o tema da saúde, que tanto tem dado que falar nos últimos tempos. A importância do sistema de saúde e da sua capacidade para, de modo articulado e a custos controlados, dar resposta eficaz às necessidades dos cidadãos está na primeira linha das preocupações de todos. Olhamos por isso para vários modelos vigentes na Europa. Damos nota, finalmente, do lançamento de um novo livro editado pela APS e dirigido aos mais novos, uma vez mais da autoria de Isabel Alçada e Ana Maria Magalhães, sobre o tema da saúde.

Esperamos que esta edição contribua para um melhor conhecimento dos desafios que nos esperam e que queremos ajudar a vencer.

Boa leitura!





Teresa Brantuas

CEO Allianz
Portugal

ENTREVISTA

“A SUSTENTABILIDADE ASSUME UM PAPEL DETERMINANTE EM TUDO O QUE PROJETAMOS PARA O FUTURO”

A Allianz comprometeu-se com as metas do Acordo de Paris. Deixou de financiar ou segurar novos negócios sustentados em carvão, a energia consumida será daqui a dois anos proveniente na sua totalidade de fontes renováveis, vai reduzir a pegada de carbono da carteira de investimentos até 2025 e compromete-se a reduzir a zero as emissões de gases com efeito estufa no portefólio de investimento quando se atingir a metade do século XXI.

1. QUE IMPACTO TEVE E TERÁ A PANDEMIA NO SETOR E NA EMPRESA? QUE RAMOS SÃO OS MAIS AFETADOS E PODE QUANTIFICAR?

Apesar de todo o contexto causado pela pandemia, o setor segurador tem registado bons níveis de crescimento. O maior impacto estará sobretudo relacionado com a necessidade de adaptação da oferta de produtos e serviços às necessidades dos clientes, em termos de forma e conteúdo. O mundo mudou muito nestes últimos tempos e, conseqüentemente, as pessoas também. Tornaram-se mais exigentes, mais informadas so-

bre a omnicanalidade, mais digitais e com necessidades também diferentes. O grande desafio está em perceber e antecipar estas novas tendências de forma a termos a resposta e oferta adequadas na hora certa. No Grupo Allianz temos a aceleração da digitalização e a transformação como prioridades bem presentes, a acontecer a ritmos muito intensos, como forma de responder a estas novas realidades.

Em termos de maiores impactos, podemos referir alguns exemplos como a transformação da gestão de sinistros, o crescimento verificado no segmento Saúde bem como os resultados das alterações no consumo deste produto, e também o aumento da frequência de sinistros em Patrimoniais, particularmente no ramo de Multiriscos.

2. QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS QUE AS EMPRESAS DE SEGUROS TERÃO DE ENFRENTAR NO FUTURO PRÓXIMO?

A forma de trabalhar é completamente diferente face à que tínhamos antes da pandemia. Em primeiro lugar temos a adaptação ao chamado novo normal, extensível para além das seguradoras, a todas as empresas. É também esta nova realidade em que procuramos assegurar o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, que nos desafia constantemente a repensar estratégias de trabalho e de concretização de resultados.

Temos também de ter em conta as necessidades dos clientes, que como já vimos mudaram, o que nos leva a repensar a nossa atuação de forma a adaptarmos a estratégia para continuar a servi-lo cada vez melhor. Por exemplo, tudo o que possa ser feito *online* implica um serviço de grande qualidade na ótica do cliente, serviços intuitivos e fáceis de usar, boa capacidade de resposta *ontime*, uma boa experiência e por outro lado, temos novos tipos de riscos a surgir e que requerem também a nossa atenção, como a cibersegurança.

As novas soluções de mobilidade são também um desafio no cenário atual, não só em termos do que já representam, como por tudo o que no futuro próximo vão implicar.

3. COMO SE POSICIONA E PRETENDE POSICIONAR NO FUTURO PRÓXIMO A ALLIANZ EM PORTUGAL?

Temos seguramente uma grande vantagem em relação a outras companhias, que é o facto de fazermos parte do Grupo Aliam. Não somos só nós em Portugal a pensar como vamos reagir a todo este cenário, mas sim um grupo inteiro, como uma visão global e à escala mundial,

a trabalhar para o pós-pandemia. Grande parte destas soluções está inclusivamente a ser posta em prática.

A sustentabilidade assume um papel determinante em tudo o que projetamos para o futuro. Aqui em Portugal gostamos de pensar que contribuimos para um mercado mais equilibrado, mais racional, mais ajustado às necessidades dos nossos clientes. Queremos contribuir para uma evolução positiva do mercado. É algo muito significativo para nós.

“Desde o início que a Allianz se comprometeu com as metas do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a 1,5 graus e estamos a tomar ações concretas em diversas frentes. Temos, nomeadamente, um compromisso de até 2050, reduzir a zero as emissões de gases com efeito de estufa no nosso portefólio de investimentos... A mais curto prazo, até 2025, iremos reduzir em 25% a pegada de carbono da nossa carteira de investimentos”

“Desde 2015, deixámos de financiar ou segurar novos negócios sustentados em carvão”

4. EM TERMOS ORGANIZACIONAIS QUAL O MODELO A ADOTAR? VOLTAR AO MODELO DO TRABALHO PRESENCIAL? UM MODELO HÍBRIDO? OU SEGUIR O MODELO DE ALGUNS DOS CONCORRENTES DE TELETRABALHO QUASE A 100%?

Estamos presentemente a adotar um modelo híbrido, garantindo um mínimo de dias na companhia, no sentido de promovermos a colaboração de forma presencial que nos parece fundamental. Sendo que, as pessoas que se sintam confortáveis com mais tempo de permanência na empresa são livres de o fazer, sem restrições. No entanto, assumimos a possibilidade de existirem casos de pessoas 100% em teletrabalho, para situações muito particulares e que tenham enquadramento num conjunto de critérios muito específicos, que o justifiquem.

5. OS TEMAS ESG COMANDAM AS DECISÕES DE OPERAÇÃO E INVESTIMENTO. EM QUE É QUE ISTO SE MATERIALIZA? QUAIS AS RAZÕES DESTA POSICIONAMENTO?

Desde o início que a Allianz se comprometeu com as metas do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a 1,5 graus e estamos a tomar ações concretas em diversas frentes. Temos, nomeadamente, um compromisso de até 2050, reduzir a zero as emissões de gases com efeito de estufa no nosso portefólio de investimentos. Sendo que, a mais curto prazo, até 2025, iremos reduzir em 25% a pegada de carbono da nossa carteira de investimentos.

Por outro lado, sendo a Allianz um dos maiores investidores e gestores de ativos mundiais, colaboramos com outros detentores de ativos através da “U.N.-convened Net-Zero Asset Owner Alliance (AOA)”, da qual somos membros fundadores, ajudando outras empresas a fazer a sua trajetória de descarbonização através das nossas opções de investimento e financiamento. Há aqui também uma enorme força de sensibilização do mundo dos negócios, para que mais empresas se juntem a esta causa. Adicionalmente, desde 2015, deixámos de financiar ou segurar novos negócios sustentados em carvão.

6. MAIS DE 20 ANOS EM ESTRATÉGIAS FOCADAS NA SUSTENTABILIDADE. QUANTO É QUE JÁ INVESTIRAM

NESSE CAMINHO? EM QUE É QUE ISTO SE TRADUZ?

Mais do que quanto já investimos, o que realmente é importante para nós são os resultados que pretendemos alcançar com o nosso comprometimento com um mundo melhor e mais sustentável. Queremos que as nossas ações enquanto empresa, que contam cada vez mais com o compromisso e o envolvimento de todos os colaboradores, sejam um motor de sensibilização da sociedade e do papel que todos podemos desempenhar para construir uma sociedade mais empenhada num futuro melhor para todos.

Internamente, por exemplo, temos objetivos muito claros de redução e otimização de consumos seja de energia, de água, de plásticos, das viagens que fazemos ou de apenas consumirmos energia que venha na sua totalidade de fontes renováveis até 2023.

Também, numa ótica social, temos um claro compromisso em relação a questões como a equidade, ou a promoção da educação e do desenvolvimento das gerações futuras que se traduzem em ações muito concretas em colaboração com diversas instituições, quer a nível global quer a nível local.

7. O QUE PRETENDEM ATINGIR COM UM FOCO NA SUSTENTABILIDADE?

Como referi, desde há muito tempo que acreditamos que devemos e podemos ter um papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável e inclusiva. Aliás, o nosso propósito “We secure your

“Temos objetivos muito claros de redução e otimização de consumos seja de energia, de água, de plásticos, das viagens que fazemos ou de apenas consumirmos energia que venha na sua totalidade de fontes renováveis até 2023”

future” reflete claramente que na Allianz acreditamos que podemos ter um papel muito ativo e que podemos fazer a diferença na construção de um mundo melhor para a sociedade atual e para as gerações que aí vem.

8. A AQUISIÇÃO DE CENTRAIS SOLARES E EÓLICAS TEM FEITO PARTE DA ESTRATÉGIA DA EMPRESA. QUANTAS DETÉM A NÍVEL INTERNACIONAL E O QUE É QUE ESSAS CENTRAIS AJUDAM NA PROSECUÇÃO DOS OBJETIVOS?

A Allianz detém mais de 90 centrais solares e eólicas em todo o mundo. Estes investimentos estão totalmente em linha com a nossa estratégia de integração da sustentabilidade de forma cada vez mais forte nos nossos investimentos e nos nossos negócios. Um dado significativo é que estas centrais já têm a capacidade de abastecer mais de um milhão de lares com energia verde.

9. EM PORTUGAL ADQUIRIRAM IGUALMENTE A CENTRAL OURIKA (EM OURIQUE). A QUE SUBJAZ ESTE INVESTIMENTO FEITO?

A central Ourika é um exemplo concreto, neste caso em solo nacional, da estratégia de investimento sustentável que temos vindo a fazer. Aliás, o Grupo Allianz procura continuamente boas oportunidades de investimento nos mercados em que se encontra presente e Portugal não é exceção.

10. O PÚBLICO/CLIENTE RECONHECE ESSE ESFORÇO? COMO TÊM REAGIDO OS CLIENTES?

Os consumidores são cada vez mais informados, mais atentos e exigentes.

O que os diversos estudos nos vão mostrando, bem como o feedback direto que muitas vezes temos dos nossos clientes, é que a sustentabilidade é sem dúvida uma das preocupações que têm em mente nas suas decisões de compra e no modo como estabelecem uma maior relação emocional com as empresas.

Exigem cada vez mais que, não só os produtos ou soluções que lhes oferecemos, como por exemplo as nossas soluções de investimento, sejam sustentáveis, mas também que as empresas tenham a sustentabilidade como parte muito visível da sua estratégia, da sua atuação, e que sejam bastante transparentes e autênticas em relação a isso. Importa-lhes a forma como fazemos a diferença na defesa do planeta para as gerações futuras, como tratamos os nossos colaboradores, ou como contribuimos para atenuar as desigualdades e dificuldades sociais.

Esta tendência, se assim lhe quisermos chamar, é bastante transversal aos consumidores e tem vindo a aumentar ano após ano.

“[Os clientes] exigem cada vez mais que, não só os produtos ou soluções que lhes oferecemos, como por exemplo as nossas soluções de investimento, sejam sustentáveis, mas também que as empresas tenham a sustentabilidade como parte muito visível da sua estratégia, da sua atuação, e que sejam bastante transparentes e autênticas”



Alexandre Ramos

Chief Information Officer (CIO) da Liberty na Europa Ocidental

ENTREVISTA

“QUEREMOS SER 100% DIGITAIS, SUPORTANDO OS MOMENTOS CRÍTICOS FISICAMENTE”

A Liberty assume o objetivo de ser uma empresa com um modelo 100 % digital até 2024. A pandemia precipitou a implementação de uma estratégia que estava a ser desenhada. Apoiam os colaboradores em casa, promovem a diversidade e igualdade, vão investir 100 milhões de euros num ecossistema e dão a mão aos mediadores.

1. ASSUMEM O DESEJO DE SEREM LÍDERES NA EUROPA. ESSE OBJETIVO SÓ SE PODERÁ CUMPRIR ATRAVÉS DE AQUISIÇÕES? É ESSE O CAMINHO?

Apesar de todo o contexto causado pela pandemia, A Liberty assume o desejo de ser líder na Europa pela certeza e segurança que tem no sucesso do caminho que tem percorrido até agora no que diz respeito à transição para um modelo de trabalho 100% digital, resultado de um investimento de 100 milhões de euros para a criação de um ecossistema na *cloud*. Este permitirá melhorar a experiência dos nossos clientes e parceiros bem como a de trabalho de colaboradores, salvaguardando a satisfação dos clientes, através de uma oferta cada vez mais personalizada, simples, inovadora e disruptiva, acompanhando as mudanças de necessidades e de vida de cada um. A mais recente campanha de literacia financeira que desenvolvemos é o reflexo desta nossa estratégia e também do nosso objetivo de contribuirmos para um setor cada vez mais transparente.

2. ESTÃO EM PORTUGAL DESDE 2003. QUAL A ESTRATÉGIA PARA PORTUGAL PARA OS PRÓXIMOS ANOS? CRESCIMENTO INORGÂNICO?

Até 2024, seremos uma empresa com um modelo 100% digital, tendo sempre como alicerces os valores e identidade da empresa e sendo cada vez mais próximos dos clientes, baseando-nos sempre na imagem de marca que queremos reforçar: a transparência, a inovação e a disrupção. Portugal é um mercado muito relevante para a estratégia da Liberty e continuará a ser nos próximos anos, garantindo que a empresa continua a desafiar a indústria. O crescimento ocorrerá naturalmente como consequência da estratégia definida, onde os parceiros de negócio são críticos para este crescimento. Temos de continuar a ser abertos, disruptivos e fazermos sempre o que está correto, suportando os nossos clientes quando eles mais precisam.

3. QUE IMPACTO TEVE E TERÁ A PANDEMIA NO SETOR E NA EMPRESA? QUE RAMOS SÃO OS MAIS AFETADOS E PODE QUANTIFICAR? QUAIS OS NOVOS RISCOS AOS QUAIS AS SEGURADORAS TERÃO DE DAR RESPOSTA?

A pandemia teve naturalmente impactos para todos, a uma escala global. Mas, apesar de todas as dificuldades impostas pelo contexto, pela necessidade de isolamento e distanciamento social, esta realidade demonstrou a resiliência das empresas e a sua agilidade na reação a contextos adversos. No caso da Liberty, a pandemia acabou por acelerar a implementação de um modelo de trabalho que já andávamos a estudar e que teve como base a vontade dos colaboradores. Em março do corrente ano, iniciámos o processo para a adoção de um modelo 100% digital nos quatro países da Europa Ocidental onde estamos presentes, o que quer dizer que todos os serviços que os nossos colaboradores prestam aos clientes internos ou externos, aos parceiros e aos fornecedores passaram a ser totalmente digitais. Já fazia parte da nossa estratégia, mas a pandemia veio acelerar o processo porque, a 13 de março do ano passado, passámos todos a trabalhar a partir de casa. E esta é uma estratégia conjunta que demonstra a forma como encaramos o negócio e o setor. Olhamos para o negócio que fazemos 100% digital, independentemente de estarmos a falar da força de trabalho ou de lidar com os parceiros, clientes ou fornecedores. Toda a cadeia de valor foi sendo evoluída e afinada de modo a que possamos servir todos de forma virtual e digital, salvaguardando os níveis de serviço.

4. QUAL É A POLÍTICA DA EMPRESA NO QUE DIZ RESPEITO À ÁREA DA SUSTENTABILIDADE?

Recentemente, a Liberty anunciou a constituição do Conselho para a Diversidade, Equidade e Inclusão, alinhado com um dos nossos principais valores: colocar as

peças em primeiro lugar. Este tem como principal objetivo garantir a diversidade e igualdade de oportunidades para todos os colaboradores. Juan Miguel Estallo, CEO da Liberty na Europa, e outros 18 colaboradores de diferentes departamentos e perfis fazem parte deste Conselho e pretendem constituir equipas diversificadas capazes de evidenciar as diferenças e semelhanças coletivas a nível cultural, garantir o acesso e a oportunidade de cada uma das pessoas que fazem parte da empresa, evitando distorções ou preconceitos dentro da mesma. As pessoas com deficiência serão o foco do projeto numa primeira fase, uma causa que a Liberty tem vindo a apoiar com várias ações como o patrocínio, desde 2007, da Equipa Paralímpica Espanhola e do apoio aos seus atletas.

Continuaremos ainda a apoiar a promoção da diversidade cultural, algo intrínseco à Liberty, que conta com colaboradores de 29 nacionalidades, a reforçar a inclusão da comunidade LGBTQ+ e a tomar medidas para promover a igualdade de género. Esta é a nossa forma de ver a sociedade e o mundo que nos rodeia.

Por último, e num movimento global, iniciamos a estratégia de utilização de tecnologias mais limpas e verdes, maximizando parceiros globais de “nuvem”. Estes parceiros assentam a sua tecnologia na utilização de recursos mais elevados e com uma gestão de energia mais verde. O nosso movimento global e local na Europa em sermos uma organização totalmente orientada para a utilização de tecnologia por consumo, onde só existem os recursos necessários, maximiza a nossa pegada ecológica. Mas não ficamos por aqui e vamos continuar no sentido de minimizar consumo e maximizar utilização. Estamos no caminho certo.

5. QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS QUE AS EMPRESAS DE SEGUROS TERÃO DE ENFRENTAR NO FUTURO PRÓXIMO?

A pandemia mudou o mundo e as necessidades dos clientes. Atualmente, as empresas seguradoras têm em mãos o desafio de responder a essas mesmas necessidades que se caracterizam por uma procura que exige um serviço ajustado às necessidades, uma experiência personalizada e uma maior digitalização dos canais e serviços que evoluem a um ritmo rápido. Esta exigência acontece, não só nos clientes, mas também no que diz respeito ao mercado de trabalho. Neste território, as necessidades das novas gerações no mercado de trabalho são hoje diferentes, por isso, o setor está também ele a evoluir para ser uma opção atrativa para os melhores talentos. Teremos de evoluir todos para dotarmos os nossos serviços das necessidades únicas de cada cliente, disponibilizando os produtos e serviços

onde e quando necessitam, pelo tempo que necessitam, isto de uma forma multicanal, sempre assente em jornadas de cliente que podem ser iniciadas e continuadas onde e quando o cliente quiser, e do modo que ele entender. O maior desafio será também conseguirmos utilizar todos os dados ao nosso dispor para darmos experiências aos nossos parceiros e clientes únicas, inovadoras, simples e fáceis de usar.

É a todos estes desafios que temos vindo a responder de forma positiva, construindo uma empresa cada vez mais sólida, na qual as pessoas estão no centro da estratégia.

6. O TELETRABALHO, OU TRABALHO REMOTO, CON-TRABALANÇADO COM O MODELO HÍBRIDO DE “DOIS DIAS NO ESCRITÓRIO” CONFORME ANUNCIARAM É O BILHETE DE IDA OU HAVERÁ HIPÓTESE E ABERTURA PARA UM REGRESSO AO PASSADO?

O modelo de teletrabalho anunciado pela Liberty não teve carácter obrigatório. Todos os colaboradores puderam escolher entre um modelo presencial e digital, que possibilita o trabalho em casa a 100% ou ir, no máximo, dois dias por semana ao escritório. Qualquer passo dado pela empresa tem como foco o colaborador e a valorização da gestão entre a vida pessoal e profissional. A decisão de abrir esta oportunidade foi tomada de acordo com um inquérito feito a todos os colaboradores – 2.000 nos quatro países – sendo que 93% mostraram preferir o modelo de trabalho remoto ao implementado até então. Esta satisfação tem-se mantido nos questionários mensais que temos feito e terá impactos na relação com os clientes. Para além dos colaboradores que já estão connosco, acreditamos que este é modelo atrativo para as novas gerações de talento e que responde ao novo cenário laboral criado no pós-pandemia. Para a Liberty, este novo modelo é a criação do conceito “Best Place to Be”. Mais uma vez o teletrabalho é mais que um simples modelo de trabalho, é um modo de vida, onde cada um escolhe o que mais valoriza de modo a que possa ter uma vida pessoal e de trabalho gratificante. A nossa experiência do colaborador é crítica e temos uma equipa dedicada localmente e globalmente que pretende criar a melhor experiência possível para todos os nossos colaboradores, e porque não estamos sós na cadeia de valor, estes princípios e partilha são feitos com parceiros, de modo a que a mesma se torne cada vez melhor.

7. SENDO PIONEIRA NO SETOR, ESPECIFICAMENTE ESTE SETOR DE SERVIÇOS (SEGUROS COMO A BANCA) ATÉ QUE PONTO A “FALTA” DE UM ROSTO OU CONTACTO DIRETO PODERÁ TER IMPACTO?

Os clientes Liberty vão poder sempre contar com um

rostro ou um contacto direto. A relação one to one entre clientes e mediadores é algo que nos diferencia e que queremos manter, através de uma relação de escuta estreita, transparente e ativa, com o objetivo de antecipar as necessidades dos clientes. Os mediadores não são só o principal contacto entre a seguradora e o cliente, são também embaixadores fundamentais que asseguram a relação e a proximidade com a Liberty. Pretendemos que este novo ecossistema digital que estamos a construir permita à Liberty uma maior proximidade aos nossos mediadores, que serão sempre um canal-chave. Defendemos que um bom seguro começa com um bom mediador e, por isso, vamos desenvolver todos os esforços para que os nossos mediadores tenham sempre as melhores condições para desenvolver a sua atividade.

Na Liberty, sabemos que a digitalização não irá quebrar a importância dos mediadores, mas sim potenciar o negócio como um todo, sendo uma ferramenta essencial para apoiar as seguradoras nos desafios atuais de responder às necessidades dos clientes. As seguradoras terão o papel fundamental de acompanhar os mediadores nesta transição, preparando-os da melhor forma.

O que temos de ter sempre presente é que tudo tem de ser um equilíbrio, onde favorecemos o digital para fomentar a velocidade e o serviço, mas temos o equilíbrio de perceber que o contacto físico e pessoal é muitas vezes crítico e, afinal, somos humanos. Por isso, queremos ser 100% digitais, suportando os momentos críticos fisicamente.

8. QUE AJUDAS CONTEMPLAM AOS COLABORADORES PARA FICAR EM CASA?

Para todos os que aderiram ao novo modelo, a Liberty atribui um subsídio mensal de 55 euros, 660 euros brutos por ano, com o objetivo de criar as melhores condições de trabalho onde quer que estejam. Como qualquer decisão da Liberty, esta tem as pessoas, os colaboradores, no centro, e sabemos que, mais do que valor monetário, esta flexibilidade traz muitas vantagens para a gestão da vida pessoal, uma vez que os nossos colaboradores podem viver em qualquer ponto do país sem restrições. Além disso, há outros benefícios como o tempo e o dinheiro que é poupado em deslocações.

Por outro lado, há um ano, no início da pandemia, a Liberty forneceu portáteis e outros dispositivos tecnológicos para que os colaboradores pudessem ter todas as ferramentas de trabalho ao dispor, ofereceu 460 euros para que adaptassem a casa às necessidades e 200 euros para cobrir situações que decorressem durante os meses de trabalho remoto.

Foi ainda criada uma plataforma de bem-estar que disponibiliza todo o tipo de apoio a colaboradores e familiares, quer emocional, quer físico.

9. A MEDIDA TOMADA ESTÁ LIMITADA À EUROPA. SÃO OS EUROPEUS MAIS “AVANÇADOS” QUE ÁSIA OU EUA?

Sim, a nível global, somos a primeira empresa que dá este passo. Em qualquer caso, a implementação desta medida noutros locais dependerá da maturidade de cada mercado. A Europa é o local oportuno para implementar este modelo, uma vez que foi aqui que se criou o novo ecossistema tecnológico através da cloud, que permite aos colaboradores trabalhar de forma remota e que oferece um modelo digital de relação com os clientes.

10. MIGRAR TRABALHADORES E DADOS IMPLICOU INVESTIMENTOS AVULTADOS? QUANTO É QUE FOI INVESTIDO?

A estratégia de transição digital da Liberty é resultado de um investimento de 100 milhões de euros para a criação de um ecossistema na cloud, que em menos de três anos irá resultar no modelo de negócio 100% digital.

11. O NOVO MODELO AFETA TAMBÉM MEDIADORES. DE QUE FORMA E QUE PASSOS EXIGEM AOS MEDIADORES E AGENTES?

Como explicado acima, os mediadores são um canal essencial na atividade da Liberty e cabe-nos a nós acompanhá-los num momento de transição e desenvolver todos os esforços para oferecer as melhores condições para que estes desenvolvam a sua atividade com o máximo de produtividade e resultados e para que prestem o melhor serviço aos clientes. Este momento de transição veio aumentar as oportunidades de desenvolver ferramentas de trabalho mais simples, claras e objetivas. Pretendemos que a proximidade entre mediadores e clientes seja cada vez maior e mais rica para ambas as partes.

Na Liberty, temos várias iniciativas dedicadas aos mediadores: trabalhamos em conjunto para desenvolver ações para produtos em comercialização, lançámos em junho do ano passado o projeto de defesas de carteira no Portal de Agentes, desenvolvemos medidas covid para responder à drástica redução da atividade comercial e consequentes problemas de tesouraria dos nossos clientes, e envolvemos os parceiros de negócio na criação de novos produtos.

12. E EM RELAÇÃO AOS CLIENTES. JÁ TEM UM FEEDBACK DAS VOSSAS ALTERAÇÕES?

Estamos perfeitamente alinhados com os nossos valores, de colocarmos as pessoas primeiro. E, de acordo com o NPS, que medimos mensalmente, tanto os clientes como

os mediadores estão bastante satisfeitos com a nossa capacidade de dar resposta aos novos desafios, sem pôr em causa a qualidade do nosso serviço. Esta é a confirmação de que estamos no bom caminho e que estamos presentes na vida dos clientes quando eles mais precisam de nós. O foco no cliente está, cada vez mais, presente no nosso dia-a-dia.

13. A DIGITALIZAÇÃO JÁ FAZIA PARTE DA ESTRATÉGIA DA COMPANHIA ANTES DA PANDEMIA OU FOI ACELERADA POR CAUSA DA PANDEMIA?

A estratégia de transição digital da Liberty é resultado de um investimento de + 100 milhões de euros para a criação de um ecossistema na cloud, que em menos de três anos irá resultar no modelo de negócio 100% digital. Este foi um passo dado em linha com a identidade e valores da empresa num modelo no qual já tínhamos vindo a trabalhar, mas que a pandemia veio acelerar. No caso, por exemplo, do teletrabalho, já estava a decorrer um projeto-piloto antes da pandemia, mas claro que a crise de saúde antecipou a sua implementação. Tínhamos a consciência, já antes da pandemia, de que a tecnologia deve ser colocada ao serviço das pessoas e que isso irá ajudar a empresa crescer bem como a proximidade dos clientes. Os resultados, como seria de esperar, têm sido muito positivos para a empresa e para os colaboradores.

14. COMO VÊ A ATUAÇÃO E O PAPEL DA APS NO FUTURO?

A APS tem um papel extremamente relevante na aproximação do setor e na construção da notoriedade das suas associadas. É fundamental para que todos conheçamos o passado, o presente e o futuro dos seguros no mercado português. A APS serve muitas vezes de conselheira, de catalisadora de discussões construtivas que influencia reguladores, governantes e o mercado segurador para se inovar e simplificar.

Tem também contribuído para a melhoria da literacia financeira, um caminho que é particularmente importante para a Liberty, pois é nossa convicção que o progresso acontece quando as pessoas se sentem seguras e informadas. Por isso, temos encetado todos os esforços para fazermos parte da mudança para a simplificação e transparência da indústria, para que, mesmo na incerteza dos tempos que vivemos, o serviço aos clientes e parceiros seja efetuado do melhor modo possível, como temos feito sempre.

Acreditamos que este é um caminho que faremos lado a lado com a APS e com os principais stakeholders na contínua construção do futuro mercado segurador, alinhado com estratégias locais e europeias, como aliás estamos a assistir medidas sugeridas pela EOIPA na modernização do setor.

Tom Standage

Deputy editor, head of digital strategy and Editor, The World In London, United Kingdom

Biography

Tom Standage is deputy editor of The Economist and editor of the yearly "The World in.." series. He is also responsible for the newspaper's digital strategy and the development of new digital products, including Espresso and Economist Films. He joined The Economist as science correspondent in 1998 and was subsequently appointed technology editor, business editor and digital editor. He is the author of six history books, including "Writing on the Wall" (2013), "The Victorian Internet" (1998) and "A History of the World in 6 Glasses" (2005). He studied engineering and computing at Oxford University and has written for other publications including the New York Times, Daily Telegraph, Guardian and Wired, taking a particular interest in the internet's cultural and historical significance.



SMART LIVING

WHICH NEW TECHNOLOGIES WILL TRANSFORM OUR DAILY LIVES?

The astonishingly rapid development and roll-out of coronavirus vaccines in recent months has been a reminder of the power of science and technology to change the world seemingly overnight. Although the vaccines seemed to have been created almost instantly, they were in fact based on decades of research into mRNA-based therapies, starting in the 1970s. As the saying goes in the technology industry, it takes years to create an overnight success. So what other technologies could be on the verge of transforming



MOBILE PAYMENTS

If you're not already using your phone to pay for almost everything, you soon will be. Adoption of smartphone payments has soared since the pandemic began. Instead of reaching into your pocket for cash or a bank card, you just waft your phone over a reader. It's like waving a financial magic wand. It makes buying things easy—maybe too easy. But it makes tracking your spending simpler too. And because smartphones have security features (such as face-recognition and fingerprint readers) that bank-cards lack, it is more secure, too.

ELECTRIC CARS

Another technology that is a matter of when, not if. With governments across the world planning to ban the sale of new cars powered by petrol and diesel, and growing concern about climate change, sales of electric vehicles have jumped in recent months. But an electric car takes some getting used to. Where can you charge it? Do you have enough charge to make a longer journey? Electric cars are fun to drive, more reliable than combustion-driven vehicles and better for the planet. But charging infrastructure is still sparse and fiddly to use, making electric driving more of an adventure than it needs to be.

HEALTH AND SLEEP TRACKING

About a decade ago, geeks in Silicon Valley started obsessively tracking their footsteps, their mobility and their exercise routines. Today millions of people routinely measure their activity, heart rates and workouts using smart watches or wristbands. The next frontier is sleep-tracking and "sleep tech"—technologies from smart rings to coloured glasses to sound machines that measure and optimise sleep quality. It sounds mad. But so did tracking your daytime activity, until recently. And what Silicon Valley does today, the rest of us end up doing tomorrow.

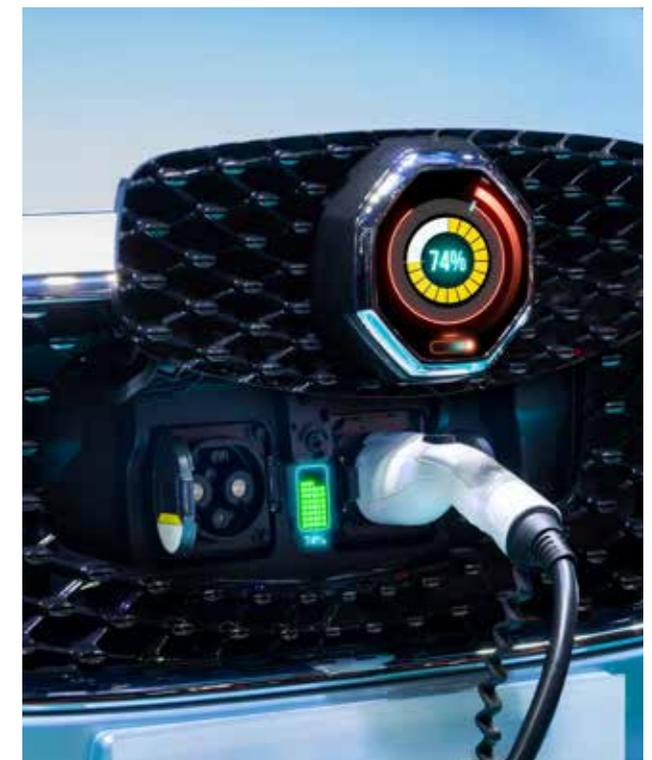
xSYNTHETIC MEAT AND FISH

When is a burger not a burger? When it's made from plant-based protein, or cells cultured in a vat. Substitutes for beef, chicken and fish are being developed by startups around the world as a way to reduce the environmental impact of food production. The best examples so far (such as the Impossible Burger) are astonishingly convincing and reduce greenhouse-gas emissions by as much as 90% compared with the real thing. Within a few years, eating real meat could become as socially unacceptable as smoking.

THE METAVERSE

During the pandemic people have got used to attending events, from conferences to wedding receptions, remotely. What if you could go to a concert, or hang out with your friends, in a colourful 3D environment, rather than in a grid of Zoom rectangles? That's the metaverse: the fusion of entertainment, social media and gaming technology to create new, immersive experiences, like swimming inside your favourite song. It may sound crazy. But imagine trying to describe Facebook to someone in 1995. Minecraft, Roblox, Fortnite—they are all stepping stones to an emerging new medium.

See you in the future!





DAS CIDADES INTELIGENTES À SMART NATION

As cidades estão em transformação. Os transportes públicos movidos a combustão dão lugar à eletrificação, os serviços públicos em infraestruturas físicas transitam para o online, há poupança de água e melhorias no aquecimento – tudo em prol da diminuição do CO2 e preservação do planeta. Portugal tem várias *smart cities*: Cascais, Aveiro, Porto Santo, Viseu ilustram exemplos de lés a lés.

Era uma vez uma cidade com transportes públicos a combustão, táxis, serviços públicos assentes em infraestruturas físicas, lojas de cidadão e repartições de finanças espalhadas por vários edifícios, agências bancárias, postos dos CTT, livrarias e bibliotecas, grandes edifícios de escritórios, restaurantes e lojas, salas de conferências e auditórios, entre muitos outros locais.

Agora, idealize um local onde os transportes públicos passavam a ser movidos a gás ou a eletricidade e se assistiria ao desenvolvimento de redes de transportes urbanos mais inteligentes e ecológicas, com os cidadãos a recorrerem aos serviços de transporte partilhado e ao uso de veículos descaracterizados, no âmbito de uma verdadeira política de promoção da descarbonização e redução das emissões de CO2. As infraestruturas físicas das lojas de cidadão ou repartições de finanças dariam lugar a serviços públicos virtuais, assistindo-se à adoção transversal do *e-government*, enquanto a videovigilância se assumiria como uma regra e prática comum, com os habitantes e a cidade a beneficiarem em simultâneo de melhorias no fornecimento de água e na eliminação de resíduos, com formas mais eficientes de iluminação e aquecimento, numa lógica de economia circular. Imagine igualmente que os edifícios de entregas postais dariam lugar a entregas online, que a ida ao banco ou à seguradora seria feita na palma de um *smartphone*, que

poderíamos assistir a *webinars* e outros eventos virtuais, ao mesmo tempo que implementaríamos o ensino à distância e optaríamos pelo teletrabalho, partilhando espaços de *coworking*, com *Wi-Fi* em cada esquina da cidade, extensível, com idêntica penetração e velocidade, a todas as geometrias do País, do Litoral ao Interior, do Norte ao Sul.

A verdade é que a diferença entre uma realidade e outra já não é hoje do domínio da ficção científica. Está a acontecer. Num caso, falamos da cidade no sentido convencional. No outro, de cidades inteligentes, as *smart cities*.

A pandemia e as questões ambientais

Os dois modelos vão, por estes dias, convivendo. Mas, se no prato da balança o modo convencional ainda hoje prevalece, o digital tem vindo a ganhar terreno. Inclinará, em breve, o peso para o seu lado, abrindo a porta, através da inovação tecnológica e utilização eficiente dos recursos, a cidades mais inteligentes e sustentáveis.

Se muitas urbes e localidades estavam a desenvolver tímidos passos no caminho da digitalização dos espaços, a pandemia da COVID-19, associada à necessidade de uma nova ação sobre as questões ambientais, acelerou e obrigou a reconsiderar as deslocações de casa para o trabalho, a redefinir a distribuição e localização de serviços, forçou ao redesenho da arquitetura urbana do espaço público e a edificação de espaços de lazer e desporto, catapultando uma transformação de toda a componente relacionada com a ocupação e distribuição pelo território.

No século XXI, as principais emergências – climática e a pandemia – encontram nas cidades o ator capaz de, não só responder a este desafio colado ao mundo, mas também de se assumir como protagonista na linha da frente para promover uma profunda transfiguração das cidades e do planeta em si.

Assiste-se, estes dias, a uma transição de cidades caracterizadas por uma vida estática, condicionada pelas suas realidades físicas, edifícios e infraestruturas, para um quadro no qual o dinamismo das mesmas está assente nos componentes vivos, como sejam os habitantes, os veículos e os diversos ecossistemas que a compõem, criando a possibilidade de se prestarem novos tipos de serviços na cidade.

Nessa metamorfose, onde entra a rede 5G, dados e inteligência artificial, tudo deverá ser feito e pensado para im-



pedir que os tradicionais problemas da coesão territorial – as barreiras entre o centro e a periferia –, se venham travestir agora com um novo rosto de fratura digital dos territórios.

Para tal, promovem-se os investimentos público e privado em Investigação e Desenvolvimento (I&D), entre outros fatores, traduzidos em inovação, elevado nível de colaboração entre pequenas e médias empresas (PME) inovadoras, o setor público, grandes empresas, universidades e centros de I&D. Hoje, procura-se criar um ecossistema favorável à inovação, verde e sustentável, com um elevado investimento em transformação digital, fatores essenciais para o desenvolvimento de cidades inteligentes.

Lisboa foi a Capital Verde Europeia em 2020. A distinção anual foi atribuída à maior cidade portuguesa, que estabeleceu como objetivo ser neutra em carbono até 2050 e plantar 100 mil árvores ao longo do ano. Aveiro criou a *Tech City* e dotou os moliceiros de motores elétricos. Viseu levou a cabo um investimento de 4,6 milhões de euros para a mobilidade sustentável do concelho. Cascais desenvolveu um *cockpit* que controla tudo e Porto Santo eletrificou-se.



A Fábrica de Unicórnios em Lisboa

Carlos Moedas, antigo comissário europeu para Investigação, Ciência e Inovação, não poderia deixar de fora estas temáticas nas propostas apresentadas para a capital portuguesa. Eleito presidente nas recentes eleições autárquicas, quer tornar Lisboa numa capital da inovação ao criar no *Hub* do Beato uma Fábrica de Unicórnios (empresas avaliadas em mais de um milhão de dólares), denominada Fábrica de Empresas.

Partindo do conceito da cidade de 15 minutos – criando medidas que incentivem o uso dos transportes públicos e a redução das viaturas próprias –, ainda na área da inovação, promete criar uma rede de *Wi-Fi* municipal, gratuita para residentes e paga para os turistas, sendo que o acesso dos lisboetas será feito através de um "cartão/app" que deverá agregar um conjunto de produtos com condições especiais no acesso a serviços municipais, transportes ou descontos em estacionamento automóvel em parques cobertos.

Os moliceiros elétricos em Aveiro

O moliceiro é uma das imagens de marca da Veneza portuguesa. O motor a combustão deste postal que circula pela Ria de Aveiro está a ser substituído por motores elétricos e, em paralelo, estão a ser desenvolvidos e implementados os carregadores elétricos para estes barcos tradicionais. Paralelamente, a ativação do Ferry Boat elétrico entre o Forte da Barra e São Jacinto é uma realidade. Em Aveiro, o futuro aponta ainda para a construção de ciclovias e vias pedonais, para a expansão da rede de carregadores elétricos de automóveis e para o desenvolvimento de estacionamento inteligente. Há ainda a pretensão de promover diligências junto do executivo para a requalificação da Linha do Vouga, com a reabertura de algumas passagens de nível e automatização de todas.

Porto Santo, ilha sem combustíveis fósseis

Porto Santo, Madeira, ilha com *Wi-Fi* gratuito nos espaços públicos, caminha na direção de ser um território livre de combustíveis fósseis e com emissões de CO2 quase nulas. Desenvolvido pelo Governo Regional da Madeira pela Empresa de Eletricidade da Madeira (EMM) e pela Agência Regional da Energia e Ambiente, o projeto da *Smart Fossil Free Island* está assente nas energias renováveis, eficiência energética, mobilidade elétrica e redes inteligentes, cujos pilares se baseiam na energia e mobilidade sustentável.

Contadores inteligentes nas habitações e empresas, viaturas elétricas distribuídas por particulares, instituições e empresas, rede de carregamento inteligente e uso das energias renováveis – solar e eólica – procuram transformar a ilha.

Cascais comandada por um cockpit

Em 1878, foi implementada a primeira solução de iluminação pública para usufruto da família real no Palácio da Cidadela, em Cascais. Quase 150 anos e dois séculos depois, a vila costeira caminha em direção à eletrificação e posiciona-se na categoria de município tecnológico.

Foram desenvolvidas *apps* para telemóveis, como por exemplo, a *Mycascais*, plataforma de serviços municipais eletrónicos, e a *Fixcascais*, plataforma que permite aos cidadãos reportar diferentes tipos de situações em espaços públicos.

A *MobiCascais* é uma das bandeiras da cidade e um dos *ex-libris* de reconhecimento internacional. O uso de transportes públicos gratuitos, a interligação com estacionamento e veículos partilhados, incluindo bicicletas e trotinetes elétricas, compõem o universo da inovação cascalense que visa melhorar a oferta disponibilizada aos cidadãos, a par com um forte compromisso de descarbonização do concelho e redução da sinistralidade.

Tudo gerido através do Cascais Cockpit – Centro de Operações C2 –, o centro de controlo movido a inteligência artificial que monitoriza toda a informação relevante relativa à mobilidade, iluminação, manutenção ou atendimento ao munícipe. O cérebro da Câmara de Cascais não só controla problemas no trânsito, identifica ruturas nas condutas de água ou localiza os buracos nas estradas, como tem capacidade preditiva. Isto é, no caso de rebentamento de uma conduta, prevê as consequências do incidente ao nível de corte de água, prestando informação aos munícipes do tempo de reposição e eventuais alterações de rotas dos transportes públicos e desvio, por inerência, do serviço da recolha de lixo.

A mobilidade em Viseu

Marcar uma viagem de Telebus, encontrar em tempo real a localização dos autocarros, carregar em qualquer lugar e a qualquer momento passes e comprar bilhetes pré-comprados, ficar a saber o melhor trajeto para realizar uma viagem de transportes públicos e obter informação sobre lugares vagos nos parques de estacionamento da cidade são algumas das funcionalidades da *app* do programa Mobilidade Urbana de Viseu (MUV).

Em paralelo, a construção de ciclovias – MUV Bike – cujo alargamento do perímetro do mapa ciclável é uma realidade, visa incutir estilos de vida mais saudáveis, em que andar a pé ou circular de bicicleta passem a ser os modos de eleição de deslocação e transporte, em detrimento do automóvel.

A inovação de lés a lés. Da soma das smart cities pode nascer uma smart nation

Os exemplos descritos colocam Portugal como um potencial exportador de soluções de smart cities, catapultado pela capacidade tecnológica existente.

Um pouco por todo o país, de Portugal Continental às ilhas, surgem projetos inovadores capazes de impulsionar o país para cumprir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável que a Organização das Nações Unidas estabeleceu para 2030 e, no que à Europa diz respeito, alinhar políticas e estratégias em função do compromisso escrito na Mensagem de Mannheim, resultante da Conferência Europeia de Cidades Sustentáveis (finais de 2020). Em Portugal, 65% da população vive em cidades, sendo estas responsáveis por 74% das emissões de dióxido de carbono. O setor dos transportes em Portugal é o principal consumidor de energia e cerca de 95% dessa energia consumida é proveniente de fontes não renováveis.

Esses valores reforçam a importância de a agenda de sustentabilidade partir do local para o nacional. Das cidades, para o país. Juntando no *puzzle* as várias cidades inteligentes de forma a criar uma *smart nation*.



Nadim Habib

Professor na NOVA SBE

ENTREVISTA

“A PANDEMIA LEMBROU-NOS QUE JÁ ANDÁVAMOS INFELIZES NO TRABALHO. E PRECISAMOS DE FAZER QUALQUER COISA”

Comunicador nato, Nadim Habib tem sido uma das vozes que – muito antes da pandemia – tem vindo a pedir uma mudança profunda na forma como as organizações olham para os seus processos de trabalho e os trabalhadores executam as suas tarefas. O teletrabalho chegou por imposição, mas veio para ficar. Para que seja frutífero para todos e não degenerar em mais stresse e burnout, é preciso ir mais além: reorganizar o trabalho e mudar a forma como o integramos na nossa vida é fundamental. Professor Convidado da Nova School of Business & Economics ensina disciplinas que vão desde o Empreendedorismo à Estratégia e Inovação, ao nível dos Mestrados, MBA e Formação Executiva. É ainda consultor e orador nas áreas de Agilidade Organizacional e Organizações de Alta Performance.

O TELETRABALHO, É UMA MODA OU VEIO PARA FICAR?

Já antes da pandemia estávamos a começar a entender que tínhamos de repensar a nossa forma de trabalhar. Não necessariamente algo muito binário, remoto ou não, mas a forma como estávamos organizados. Já trabalhávamos em multiplataforma, com pessoas de outros países. A pergunta não é se vamos ou não [trabalhar remotamente], porque vamos. A pergunta é se estamos a formar as pessoas na forma certa, se temos as ferramentas certas e se estamos a repensar o trabalho para o fazer bem. Um exemplo: antes da pandemia as pessoas queixavam-se que tinham muitas reuniões. Com a pandemia temos reuniões em Teams, queixamo-nos e não mudámos nada. Piorou. Não são as ferramentas, mas sim a forma como estamos organizados. Essa é que será a grande diferença.

AO FALAR DE PRODUTIVIDADE, COLOCA O ÓNUS DA RESPONSABILIDADE EM CADA UM DE NÓS. ESTARÃO TODOS OS PAÍSES E EMPRESAS AO MESMO NÍVEL?

Nem todas as empresas, nem todos os países. Antes da pandemia, como professor, para dar aulas, eu tinha de estar na sala. Mas para preparar a aula, podia estar num escritório, num café ou em casa. O mesmo está a acontecer agora. O que vai mudar? Vamos ter alguns momentos em que temos de estar fisicamente num sítio, mas vamos ter mais flexibilidade. Isto implica mudanças na forma de trabalhar e de organizar. Vamos repensar as aulas. As que faço em palestra passo a gravá-las e deixo o debate para as aulas presenciais. Muda as coisas, tenho de começar a trabalhar por ciclos. E isso é a grande mudança sobre a qual ainda não falámos. Para escrever um artigo, pode fazê-lo em qualquer sítio, apenas necessita de um espaço para escrever. Mas se quer partilhar com alguém, convém que estejam no mesmo sítio. Essa vai ser a grande diferença no futuro.

ESTAMOS PREPARADOS?

A questão verdadeira não é se vamos trabalhar em híbrido, mas se estamos prontos para reorganizar o trabalho de forma a retirar proveito da mudança. Se não, causa burnout e stresse. As pessoas estão a trabalhar da mesma forma como antigamente, não têm tempo entre reuniões, nem à casa de banho vão. É a “reunite” extrema e aguda, o pior do mundo. Nós estamos a ter esta conversa por Teams, é rápido e funciona bem. Agora se [o jornalista] não soubesse o que perguntar e se eu não tivesse ideia daquilo que tenho a dizer, o Teams não funcionaria. Mas nós temos um objetivo muito claro. Esta conversa já era precisa antes da pandemia.

O EQUILÍBRIO ENTRE A VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL ESTÁ NA AGENDA. O QUE SE ESPERA?

Não o entendo como equilíbrio. Sempre soubemos que as pessoas são mais produtivas se tiveram espaço para pensar noutras coisas que não só o trabalho. E são mais produtivas se tiverem uma vida familiar estável e equilibrada. Ninguém trabalha bem quando se sente culpado porque as crianças estão a chumar na escola e não teve tempo para as ajudar, porque não vê família... Isto é básico e, mais uma vez, já o sabíamos antes da pandemia.

MAS ESSA CONCILIAÇÃO É O TEMA DO DIA. OBRIGARÁ A UMA REORGANIZAÇÃO?

Há algum tempo que andamos a pensar como integrar a vida das pessoas no trabalho e o trabalho na vida das pessoas. Mas, mais uma vez, não resolvemos os problemas. E quando vieram as ferramentas, de repente, estávamos a gritar com os miúdos: “Saíam daqui, estou em reunião”. É ridículo. A conversa verdadeira é: eu quero ter liberdade para encontrar esse equilíbrio sozinho. Às vezes, o meu filho joga futebol às 5^ª feiras às 15h00 e eu gostava de o ver; por outro lado, gosto de trabalhar ao sábado de manhã porque ninguém me chateia. Reorganizo o meu trabalho para fazer o que tiver de fazer no sábado, para ter mais liberdade na semana, por exemplo, para ir ver o tal treino. É esta reorganização que é brutalmente necessária.

“Há algum tempo que andamos a pensar como integrar a vida das pessoas no trabalho e o trabalho na vida das pessoas. Mas, mais uma vez, não resolvemos os problemas. E quando vieram as ferramentas, de repente, estávamos a gritar com os miúdos: ‘Saíam daqui, estou em reunião’ ”

“Deveríamos trabalhar de forma mais fluída. É a minha geração (tenho 54 anos) a que mais vai sofrer com isso. Estamos habituados a construir uma vida muito rotinada à volta do trabalho. Olho para os meus filhos e não é a mesma coisa: misturam escola, amigos e vida e, por isso, conseguem ter uma vida mais equilibrada”

A LEGISLAÇÃO LABORAL TEM ACOMPANHADO ESSA REORGANIZAÇÃO?

A maneira como a legislação laboral é construída não permite muita flexibilidade nesta área. Continuamos a dizer: “Tem de haver x dias de trabalho, o custo de eletricidade tem de ser pago.” Estamos a gerar rigidez em vez de criar flexibilidade. Porquê? Sinto que os sindicatos, por vezes, têm medo que a flexibilidade vá beneficiar a empresa em vez do trabalhador. Penso que não: beneficia muito mais o trabalhador do que a empresa. Quem precisa desta liberdade e de tomar decisões é o trabalhador, não o chefe. Quando o chefe precisa de liberdade, o trabalhador normalmente deixa de a ter. Todos nós tivemos reuniões com os chefes às cinco da tarde... Quem precisa de flexibilidade é o mais júnior da empresa e não o chefe, que tem poder.

DEPOIS DO FIM DO HORÁRIO 9-17 É O FIM DE 2ª A 6ª FEIRA?

Em princípio, deveria ser. Deveríamos trabalhar de forma mais fluída. É a minha geração (tenho 54 anos) a que mais vai sofrer com isso. Estamos habituados a construir uma vida muito rotinada à volta do trabalho. Olho para os meus filhos e não é a mesma coisa: misturam escola, amigos e vida e, por isso, conseguem ter uma vida mais equilibrada. Trabalhar de forma mais fluída cria melhor qualidade de vida. Requer, no entanto, muito trabalho na área da saúde mental, capacidade para ter a clareza: “Agora, vou parar um pouco para voltar a pegar no trabalho mais tarde”. Vejo jovens – nas empresas e também na faculdade – com ansiedade e medo de falharem. É o que está a gerar mais problemas. Vamos ter desafios significativos de saúde mental nos próximos anos.

PASSAMOS A ESTAR ONLINE 24/7. A DIGITALIZAÇÃO NÃO ACELERA TUDO ISSO?

Vejo, nos aviões, os jovens a trabalharem até ao último

segundo antes de o avião descolar para enviarem um email... Penso: Que vida acham que estão a salvar para terem de fazer aquilo?

MAS NÃO FOMOS TODOS ANDANDO NESTE COMBOIO?

Necessitamos de ter mais conversas sobre o que é o trabalho. E integrá-lo na nossa vida. O bom da pandemia – tenho de ter cuidado ao de falar em “bom” – é que nos lembrou que já andávamos infelizes no trabalho. E precisamos de fazer qualquer coisa. A relação trabalho-remuneração-qualidade de vida estava em dúvida, sabíamos. Fomos lembrados de que temos sido muito bons a renovar a tecnologia nos últimos 30 anos, mas não muito bons a renovar a forma como envolvemos as pessoas à volta do trabalho. Essa inovação ainda falta.

OS ZOOMS RETIRAM A PARTILHA DO CONHECIMENTO OLHOS NOS OLHOS, LADO A LADO. CADA QUAL ESTÁ NA SUA BOLHA, MAS PARTILHAR PELO COMPUTADOR NÃO É O MESMO. QUEBRA-SE SEMPRE ALGO?

Sem dúvida. Escolhemos estar com pessoas na vida social. Quando quero ler um livro, leio sozinho; quando quero pensar numa coisa, digo: “Embora lá, tomar um café”. Nós, como seres humanos, necessitamos de múltiplas ferramentas para os múltiplos desafios da nossa vida. O problema é que temos uma geração, como a minha, que diz: “Vamos todos voltar.” E temos uma geração nova, de 22 anos, a dizer: “Não, não vamos todos voltar.” E ainda não encontramos a fórmula do meio. Vai haver momentos em que temos de estar juntos e outros em

“Vamos ter desafios significativos de saúde mental nos próximos anos”

que não necessitamos de estar juntos. Temos de repensar como estamos organizados. Organização implica ter um alinhamento que só se consegue se estivermos juntos, alinhando, de facto, as coisas. Isso não acontece por e-mail ou Teams, faltam as nuances todas. Maior intensidade no alinhamento permite ter liberdade mais tarde. Se estiver ligado a alguém, sei que esse alguém sabe o que tem de fazer, estarei menos preocupado em controlá-lo. Esse é o ponto.

MAS HÁ UMA DÉCALAGE ENTRE SETORES E EMPRESAS. UMA APPLE É MAIS APTA QUE UMA EMPRESA DA INDÚSTRIA PESADA. ISSO NÃO CRIA AVANÇOS PARA QUEM INVESTIU NA TECNOLOGIA ÚLTIMOS 30 ANOS E ATRASOS PARA OUTROS?

Sem dúvida. Os governos, a União Europeia (UE), e os consultores andam a gritar nos últimos anos: “Tens de investir em tecnologia”. E nós: “Sim, sim, mas agora não”. Quando o primeiro computador apareceu, quem enviava os filhos para as escolas de secretariado deveria saber: “Olha, as máquinas de escrever podem acabar”. E quem tinha essa função tinha de mudar de vida. As transições acontecem. Antes de lutar contra elas, devemos ter duas conversas: primeiro, incentivar as empresas, as organizações a atualizarem-se permanente; a outra, mais social, é como podemos ajudar as pessoas que foram vítimas destas mudanças a continuar a ter uma vida digna. São duas conversas e não são a mesma, mas, por vezes, misturamos. Socialmente, ninguém deve sofrer por causa de mudanças e, quem sofre, deve ser ajudado. Por outro lado, devíamos incentivar as pessoas e as organizações a fazerem as mudanças necessárias. Este é o papel do Estado. Está tudo nublado. Nos anos 80, o Estado dava subsídios e eu investia. Hoje não é assim. O que leva a uma pergunta maior: qual é o papel do Estado na nossa vida?

TAMBÉM SE REPENSA O PAPEL DO ESTADO?

Sim, claro. Tudo. São conversas que ainda não surgiram de forma mais estruturada. Sinto que não será a minha geração a mudar, mas sim a próxima, que terá uma série de coisas em mãos. Vejo pessoas mais novas que não acreditam no Estado e no governo. É estranho. Porque quer dizer que função do governo, que era tão importante para mim, hoje necessita de ser outra. Esta evolução, os nossos políticos ainda não fizeram.

EUA, CHINA E UE. VÃO ANDAR TODOS AO MESMO RITMO NA DIGITALIZAÇÃO?

Os chineses, quando o governo central diz muda, mudam todos. Os EUA são um mercado poderoso. A UE tem

tendência a muito debate inicial, é mais morosa, aparenta confusão, mas é mais sólida. Temos governos estáveis. Veja-se o processo de vacinação, em que fomos criticados no início e, hoje, somos líderes mundiais no processo. Quando muita gente qualificada, em conjunto, tenta tomar conta do processo, pode parecer confuso, mas só dessa forma organizada temos evolução mais orgânica. Sinto que a Europa demonstra aquele que vai ser o modelo de futuro.

“[Com a pandemia] fomos lembrados de que temos sido muito bons a renovar a tecnologia nos últimos 30 anos, mas não muito bons a renovar a forma como envolvemos as pessoas à volta do trabalho”



SEGURADORES EUROPEUS APOIAM O COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS



No âmbito da realização da 26.ª cimeira da ONU sobre alterações climáticas, mais conhecida por COP26, que decorreu em Glasgow entre 31 de outubro e 12 de novembro, o setor segurador europeu venceu o seu apoio total a este desígnio, que é de todos. A APS é uma das associações subscritoras de um documento que assume o papel relevante das seguradoras tanto na mitigação dos piores cenários de alterações climáticas, como na ajuda aos cidadãos e empresas.

JA COP 26 juntou, na Escócia, os líderes políticos mundiais com um ponto essencial na agenda: chegar a um acordo para travar o aquecimento do planeta. O setor segurador europeu, através da Insurance Europe, a federação europeia de seguros e resseguros, respondeu ao repto que a todos convoca e afirmou que “apoia inequivocamente o impulso coletivo global para combater as alterações climáticas”. Em comunicado de imprensa, sublinhou igualmente que “a indústria seguradora europeia apoia, também, os objetivos do Acordo de Paris e do Acordo Verde Europeu, bem como os objetivos ambiciosos da Europa de reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa em 55% até 2030 e de alcançar uma economia líquida zero até 2050.”

A APS é uma das Associações subscritoras deste documento, que reflete o posicionamento do setor segurador europeu no que respeita ao combate às alterações climáticas. “O tema das alterações climáticas e da transição para uma economia verde e descarbonizada é um tema prioritário, constituindo

um duplo desafio para as empresas de seguros, na sua tripla qualidade de gestores de riscos, investidores institucionais e subscritores de riscos”, referiu a APS, numa nota enviada à comunicação social em Portugal.

Para os seguradores europeus, “a necessidade de uma ação urgente nunca foi tão evidente e, como demonstrado pelo mais recente relatório do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change), os custos das medidas de redução, mitigação e adaptação são inferiores em comparação com os custos a longo prazo das alterações climáticas sem qualquer mitigação”.

Por isso, a Insurance Europe garante que o setor pode “desempenhar um papel importante tanto na mitigação dos piores cenários de alterações climáticas como na ajuda aos cidadãos e empresas, de modo a estes enfrentarem e adaptarem-se aos impactos das mudanças que não podem ser evitados, o que continuará a acontecer por muitos anos”

De acordo com a federação europeia, as seguradoras podem cumprir esse desígnio através de:

- ▶ Capacidade de assumir e diversificar os riscos em nome dos clientes e de lhes fornecer o apoio financeiro de que necessitam para fazer face às consequências das alterações climáticas;
- ▶ Conhecimento e experiência em gestão de risco para ajudar os clientes e o setor público a construir uma consciência de risco, reduzindo a exposição e aumentar a resiliência aos impactos das alterações climáticas, incluindo uma abordagem de “construir melhor” após os eventuais danos ocorridos;
- ▶ Capacidade de investir na transformação da sustentabilidade, uma vez que são os maiores grupos de investidores institucionais na Europa, com mais de 10 biliões de euros em ativos.

O documento da Insurance Europe e subscrito pela APS lembra que “são muitas as seguradoras em toda a Europa que já estão a tomar medidas e estão dispostas a contribuir com mais, mas, para desempenharem plenamente o seu papel, e para libertarem o potencial significativo do setor, precisam que os governos tomem medidas”, tais como:

- ▶ Compromissos para investir em medidas de adaptação e prevenção, que terão um enorme impacto no que é passível de ser segurado no futuro.
- ▶ Incentivar e apoiar projetos públicos, empresariais e de infraestruturas mais sustentáveis em que as seguradoras possam investir. Por exemplo, seguindo e aplicando de forma consistente o princípio do “poluidor-pagador” a nível internacional, através de mais “crowding-in” de capital privado, por meio de parcerias público-privadas e de um melhor equilíbrio do risco de crédito associado a projetos de infraestruturas.
- ▶ Regulamentação, incluindo a regulamentação prudencial, que apoia – e certamente não dificulta – o papel da indústria seguradora. Políticas para assegurar que a transição aconteça de uma forma justa.
- ▶ Mais parcerias público-privadas, como as existentes, que demonstraram que a partilha de conhecimentos e experiência entre os principais interessados na área da resiliência climática podem fazer a diferença.
- ▶ Criação uma base de dados europeia ESG para que os investidores tenham acesso de forma eficiente aos dados comparáveis e fiáveis de que necessitam para um investimento sustentável.



PRODUÇÃO EMITIDA DE SEGURO DIRETO						
PRODUÇÃO ACUMULADA DESDE JANEIRO 2021	Milhares de Euros		Variação homóloga		Estrutura da Produção	
	2020.09	2021.09	Nominal	Real	2020.09	2021.09
VIDA	2 992 715	5 313 331	77,5%	76,0%	42,8%	56,0%
Risco	756 666	776 295	2,6%	1,7%	10,8%	8,2%
Produtos Capitalização	1 484 156	3 249 067	118,9%	117,0%	21,2%	34,3%
PPR	751 893	1 287 968	71,3%	69,8%	10,8%	13,6%
Operações de capitalização	0	0				
NÃO VIDA	3 991 780	4 168 683	4,4%	3,5%	57,2%	44,0%
Acidentes e Doença	1 546 841	1 647 444	6,5%	5,6%	22,1%	17,4%
Acidentes de Trabalho	705 085	738 881	4,8%	3,9%	10,1%	7,8%
Doença	731 651	789 531	7,9%	7,0%	10,5%	8,3%
Incêndio e Outros Danos de Coisas	714 388	762 417	6,7%	5,8%	10,2%	8,0%
Habitação e Condomínios	427 823	448 646	4,9%	3,9%	6,1%	4,7%
Comércio e Indústria	207 790	226 137	8,8%	7,9%	3,0%	2,4%
Automóvel	1 512 192	1 534 088	1,4%	0,6%	21,7%	16,2%
Transportes	39 931	41 418	3,7%	2,8%	0,6%	0,4%
Responsabilidade Civil Geral	95 299	104 388	9,5%	8,6%	1,4%	1,1%
Diversos	83 128	78 928	-5,1%	-5,9%	1,2%	0,8%
TOTAL	6 984 495	9 482 015	35,8%	34,6%	100,0%	100,0%

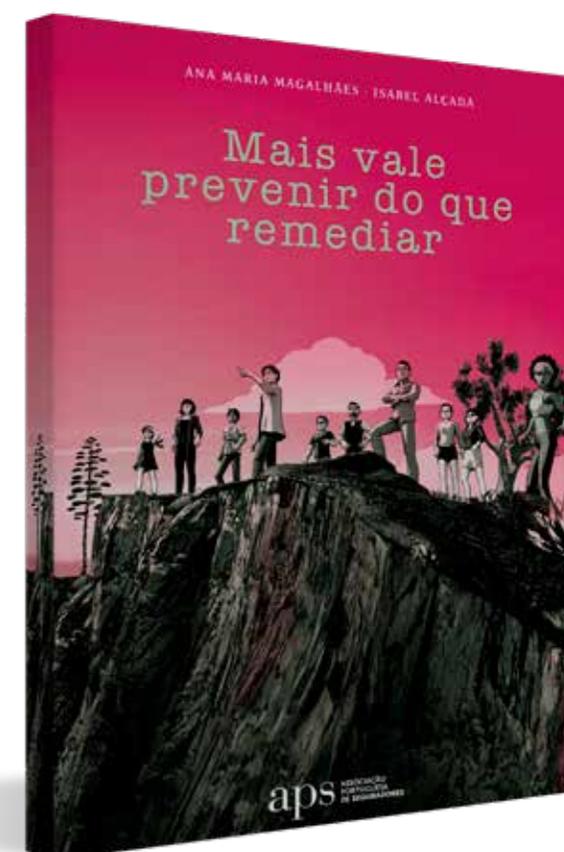
U: Milhares de Euros

FÓRUM DEBATE PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NA TRANSIÇÃO PARA A REFORMA

A Fundação Dr. António Cupertino de Miranda vai organizar, em dezembro, um fórum de reflexão dedicado ao tema “*Transição para a reforma: desafios das organizações*”, no âmbito do projeto de Educação Financeira “Eu e a Minha Reforma”. Este evento tem como objetivo debater a importância da capacitação financeira ao longo da vida, em específico na transição para a fase da reforma, como forma de assegurar maior bem-estar e qualidade de vida para os seniores. Neste sentido, torna-se muito relevante refletir qual o papel de empregados e empregadores nesta transição de ciclos. Existindo, atualmente, uma maior consciencialização sobre o papel da literacia financeira, cabe também às organizações criarem estratégias e políticas que estimulem a participação ativa dos seniores.

Maria Amélia Cupertino de Miranda, Presidente do Conselho de Administração da Fundação, afirma: “A importância de cruzar a literacia financeira com a longevidade pode e deve influenciar políticas públicas, para que seja possível provocar uma mudança sistémica: a pessoa como sujeito proativo, capaz de regular a sua qualidade de vida através da definição de objetivos, da acumulação de recursos financeiros essenciais à transição para a fase da reforma e ativamente envolvidos na manutenção do seu bem-estar ao longo da vida. É muito importante definir um novo paradigma para a velhice, que reconheça as pessoas seniores como membros integrantes da sociedade, como cidadãos ativos e financeiramente capazes de gerir o seu processo de reforma.”

O Presidente da APS, José Galamba de Oliveira, será um dos intervenientes neste Fórum.



LIVRO:

“*Mais vale prevenir do que remediar*”.

Limpar o litoral e abrir horizontes.

Uma ação de voluntariado consubstanciada numa limpeza da costa portuguesa e a promoção de hábitos alimentares e de vida saudáveis, incluindo a prática de exercício físico e a importância de ter um seguro de saúde, são os ingredientes do novo livro da coleção “Seguros e Cidadania” da APS.

“Campanha de Limpeza da Costa Portuguesa”, uma ação de voluntariado de cariz ambiental que decorre nas férias da Páscoa entre as praias de Caminha, no Minho, e Vila Real de Santo António, no Algarve, é o ponto de partida para mais uma história revelada através da pena da dupla Ana Maria Magalhães e Isabel Alcada.

Toca em assuntos vitais da vida ativa, saúde e promoção do bem-estar, mobilidade e exercício físico, passando pelas tramas do relacionamento humano e da gestão das “diferenças”, desaguando na temática e necessidade dos seguros de saúde

Intitulado “*Mais vale prevenir do que remediar*”, o novo livro da coleção “Seguros e Cidadania” destapa uma teia de alguns dos temas mais prementes dos dias de hoje.

Discorre sobre a educação e sustentabilidade ambiental, a necessidade da ação humana para travar a poluição do meio ambiente, o papel do voluntariado, a importância dos hábitos alimentares saudáveis. Toca em assuntos vitais da vida ativa, saúde e promoção do bem-estar, mobilidade e exercício físico, passando pelas tramas do relacionamento humano e da gestão das “diferenças”, desaguando na temática e necessidade dos seguros de saúde.

O Monte da Giesta Branca, aldeamento turístico no litoral, serve de plateau a uma narrativa que chama para primeiro plano Miguel e Aglae (cuja origem do nome atravessa as 139 páginas do livro), monitores da “Associação Ambiente”, e quase uma dezena de voluntários, cada qual com as suas idiossincrasias reveladas ao longo dos 12 capítulos.

Duarte, o diabético; Telmo, o jogador de xadrez; as irmãs Laranja, Maria e Manuela, duas raparigas oriundas uma família numerosa, preocupadas com o aquecimento global; Zé Maria, cujo olhar não larga os ponteiros do relógio de pulso; Raquel, a ginasta; e Dina, uma recém-vegan cuja opção alimentar será um dos temas quentes da semana. São estes alguns dos voluntários que têm a tarefa de limpar tudo o que vai sendo depositado, inadiavelmente, na costa portuguesa, e que dão vida ao novo livro da APS e emprestam voz a uma temática altamente relevante e atual para os jovens e para o futuro do planeta: a sustentabilidade ambiental. Vidros, garrafas, copos e pratos de plástico, palhinhas, cotonetes, chinelos sem par, maços de cigarros e beatas, são alguns dos resíduos que ajudam a limpar, um universo de poluição nos oceanos que urge travar.

Numa semana na qual não falta um *chef*, José Manuel,

responsável pela dieta dos voluntários, há igualmente espaço para a descoberta de um projeto de ecoturismo capitaneado por Glicínia Jasmim e José, um argentino radicado em Portugal e um feroz adepto da bioconstrução e das casas de taipa. Uma viagem entre o *mind free* e a crença de que o futuro da construção e da vivência em comunidade mais não é que um regresso ao passado.

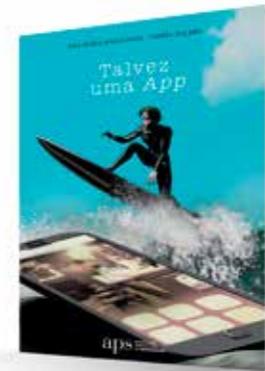
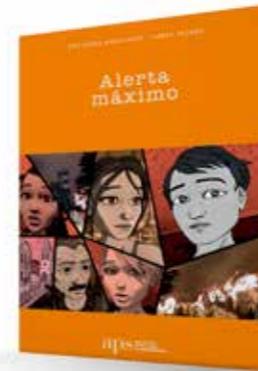
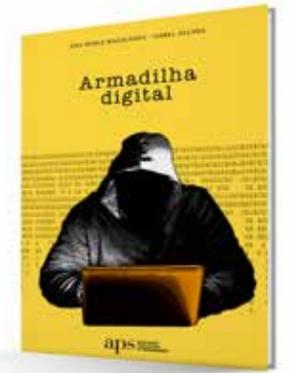
No decorrer desta ação de limpeza, acontece um acidente inesperado com um dos voluntários, pelo que é necessário providenciar tratamento urgente. É neste enredo que surge, explícita, a vantagem de dispor de um seguro de saúde que garanta o acesso facilitado aos serviços médicos. Este é, pois, o evento que permite abordar temas de literacia financeira prementes para os dias de hoje, a que se somam as preocupações ambientais e a relevância da ação humana para travar os efeitos da poluição.

“*Mais vale prevenir do que remediar*” ficará disponível no site da APS, onde estão reunidos os restantes volumes da coleção “Seguros e Cidadania”.

A APS tem vindo a desenvolver um consistente programa de literacia financeira, cujas principais atividades e recursos se encontram agregados na plataforma <https://oriscoespreita.sapo.pt>

De entre os recursos disponibilizados, destacam-se os livros da coleção “Seguros e Cidadania”, da autoria das consagradas autoras Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada.

Destinados a um público juvenil, estes livros centram-se em temas de Educação para a Cidadania e têm como público-alvo alunos do 3º ciclo



(embora várias das temáticas abordadas possam igualmente interessar um os estudantes do Ensino Secundário), sendo que a APS tem colaborado com o Plano Nacional de Leitura e com a Rede de Bibliotecas Escolares. Ilustram situações problemáticas do dia-a-dia, suscitam a reflexão e o diálogo sobre várias questões que os jovens e as famílias podem enfrentar e ajudam a clarificar o papel do seguro no âmbito da educação financeira.

- ▶ Talvez uma App
- ▶ Alerta Máximo + Encarte especial
- ▶ Armadilha Digital
- ▶ Encontro Acidental
- ▶ Um Perito em Busca da Verdade

A APS tem vindo a dinamizar igualmente ações de educação financeira junto de um público mais novo, tendo publicado dois livros destinados aos alunos do 1º e 2º ciclos do Ensino Básico, ambos da autoria de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada.

- ▶ Catástrofes e Grandes Desastres
- ▶ O Risco Espreita





BEM-VINDOS À CASA DO SETOR SEGURADOR

O Centro de Comunicação e Aprendizagem de Seguros é a nova CASA do setor segurador. A APS investiu num estúdio e equipamento audiovisual e tecnológico de última geração para promover melhor comunicação entre todos os associados. Num vértice que une informação, divulgação e formação – presencialmente ou por via de câmara remota – quer aproximar todos os intervenientes da indústria.

O Centro de Comunicação e Aprendizagem de Seguros – CASA é o novo espaço audiovisual lançado pela Associação Portuguesa de Seguradores (APS). Localizado na sede da APS, dotado de equipamentos *state of the art* de última geração, de qualidade de *broadcast* e com recurso a câmaras remotas, procura, através destas novas ferramentas tecnológicas e digitais, promover uma melhor comunicação entre Associados e o setor.

O estúdio abre espaço a uma comunicação multimédia feita nas suas três vertentes – informação, divulgação e formação. Tudo feito para que a mensagem chegue aos diversos *stakeholders*: parceiros, clientes, fornecedores, mediadores e todo o universo que compõe o setor segurador.

Uma CASA construída para criar valor e inovação a cada uma das seguradoras, aberta a todos e que permitirá, além da realização de eventos presenciais e reuniões híbridas, exponenciar a atividade da Academia de Formação da APS, fisicamente e online.

“Produzir conteúdos de mais qualidade. Juntar presencial e remoto, a capacidade de criar *webinars* e formações que potenciam a aprendizagem junto dos associados e da população em geral” são objetivos prioritários deste Centro de Comunicação e Aprendizagem de Seguros, refere José Galamba de Oliveira, Presidente da APS. “É um estúdio para todos”, ao serviço de todos, do setor e para o setor, acrescentou o responsável.

Como ponto de arranque da apresentação da CASA, que serviu exatamente para mostrar as potencialidades deste investimento, a APS convidou um conjunto de responsáveis de Comunicação e de Formação, de algumas empresas de seguros suas Associadas. “Teremos de aprender a gerir as novas ferramentas. Fazer o caminho para tentar chegar às pessoas”, indicou Mário São Vicente, diretor de Relações Institucionais da Fidelidade, em estúdio, durante a mesa-redonda em que

se falou de comunicação das seguradoras e que juntou responsáveis da Tranquilidade, Allianz e Ageas. “Com as novas ferramentas o cliente passou a perceber que estamos ali sempre”, sublinhou, referindo-se à oportunidade criada com a pandemia.

Para Maria João Caetano Silva, diretora de Marketing da Tranquilidade/ Grupo Generali a questão passa por “inovar nos meios, mas também fazer chegar de forma simples as mensagens eficazes, humanas e próximas que queremos passar aos pilares todos: colaboradores, clientes e parceiros”, notou.

“A palavra-chave é o equilíbrio entre o que se faz no mundo digital e presencial. Manter as ligações humanas é essencial neste modelo híbrido”, alertou Ana Melo Sereno, diretora de Marca, Comunicação e Responsabilidade Corporativa da Allianz. “É uma grande mais-valia saber que a APS se preocupa não só em acompanhar estas tendências de comunicação, como em disponibilizar aos seus associados os meios com as tecnologias adequadas para o fazermos”, descreve. “Abre portas a que encontros ou ações de formação possam acontecer. Cabe a nós [seguradoras] ver como é que podemos beneficiar disto”, antecipou.

Por fim, Inês Simões, diretora de Comunicação Corporativa e Marca Grupo Ageas, o Centro de Comunicação e Aprendizagem e Seguros “faz-nos sentir em casa”, reconheceu. “Permite à APS inovar e desafiar a expectativa que seja um espaço onde nos poderemos encontrar mais, aprendermos uns com os outros, apesar de concorrentes, e falar dos desafios do setor”, aludiu. “Este espaço facilita essa proximidade”, avançou, desejando que, apesar de ser um local “que viverá das interações digitais”, “seja um espaço de proximidade e de inovação”.

Híbrido é a palavra de eleição de Isabel Figueiredo, formadora da Academia Formação da APS. “Neste espaço, podemos ter modelos híbridos de formação onde posso ter sentados à minha frente participantes, como posso ter pessoas virtualmente a assistir”, salientou. “Este é um exemplo da versatilidade deste espaço que permite fazer todo o tipo de formações em qualquer um destes modelos”, resumiu.

“A APS tem excelentes conteúdos, uma quantidade de oferta, conteúdos e vídeos. A forma como estão construídos dá para fazer formação à distância e a nível financeiro acaba por ser uma vantagem”, sublinha Sílvia Tinoco, *Head of Learning & Development of WEM Liberty Seguros*.

Joana Carpelho, formadora da Mapfre, destaca igualmente a formação à distância. “Para os mais jovens é a formação”, sentencia. “Na sala de aula, as dinâmicas são mais fáceis”, identifica. A mudança para o online obriga os formadores a serem “mais criativos, a ter imaginação e aprender a ter edição de vídeo”, uma produção que “será mais fácil com a CASA”, concluiu.





aps ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE SEGURADORES

**PORTUGAL
SEGUR2021**

O FUTURO É AGORA. CONFERÊNCIA ANUAL DA APS DEBATEU O IMPACTO DA INOVAÇÃO E DA TECNOLOGIA NA VIDA DAS PESSOAS E DAS ORGANIZAÇÕES

O evento decorreu no auditório da APS, em modo híbrido, e contou com Tom Standage, editor na The Economist, e Nadim Habib, professor na NovaSBE, como oradores principais.

A pandemia COVID-19 mudou a forma como vivemos, como trabalhamos, como socializamos, como olhamos para o mundo. Os impactos deste evento avassalador para o Mundo ainda estão por determinar, mas uma coisa é certa: a aceleração dos processos de digitalização e de implementação das novas tecnologias que veio promover tornou-se imparável e já tem efeitos concretos no quotidiano da sociedade e das organizações. É tempo, pois, de integrar de forma inteligente e sustentável essas dinâmicas ao serviço dos cidadãos e da sua qualidade de vida, em áreas tão abrangentes quanto a saúde, o trabalho, o lazer, as cidades, a educação e formação, a mobilidade, as cidades. "Smart Living – Tecnologia e Inovação no quotidiano do futuro" foi o tema da conferência anual que a APS promoveu no passado dia 24 de novembro, retomando este ciclo de encontros, após a paragem forçada pela pandemia em 2020.

Os novos modelos de trabalho e o impacto do digital e da inovação no dia-a-dia dos cidadãos e das organizações foram analisados por um conjunto alargado de oradores, com diferentes experiências e visões. Tom Standage, editor da revista The Economist e especialista em tendências, e Nadim Habib, professor na Nova School of Business and Economics, foram os oradores principais da conferência, que contou com dois painéis de debate e moderação do jornalista José Alberto Carvalho. O Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, Pedro Siza Vieira, e o Secretário de Estado das Finanças, João Nuno Mendes, também participaram – na abertura e no encerramento do evento, respetivamente. Veja a conferência no Canal [YouTube](#) ou [Vimeo](#) da APS.

PROGRAMA

9h15-9h30 - ADMISSÃO DOS PARTICIPANTES

9h30-9h50 - ABERTURA

José Galamba de Oliveira

Presidente, Associação Portuguesa de Seguradores

Pedro Siza Vieira

Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital

I. O FUTURO DO TRABALHO - DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA ERA DOS NÓMADAS DIGITAIS

Moderador: José Alberto de Carvalho - jornalista

9h50 - 10h10 - Keynote Speaker:

Nadim Habib - Professor, Nova SBE

10h10-11h00 - PAINEL:

• **Inovação:** Pedro Rocha Vieira

CEO & Co-Founder, Beta-i

• **Seguros:** Rogério Campos Henriques

CEO, Fidelidade

• **Trabalho:** Guilherme Machado Dray

Advogado, Macedo Vitorino & Associados/ Prof. Universitário

- Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

11h00-11h15 - COFFEE BREAK

II. A EXPERIÊNCIA DA NOVA REALIDADE - O FUTURO É AGORA?

Moderador: José Alberto de Carvalho – jornalista

11h15-11h35 - Keynote Speaker:

Tom Standage

Deputy editor, head of digital strategy and Editor, The World In, The Economist

11h35-12h25 - PAINEL:

• **Mobilidade:** Eduardo Ramos

Administrador Executivo, BRISA / CEO, Via Verde

• **Turismo & Lazer:** Henrique de Castro

Investidor

• **Seguros (Saúde e bem-estar):** Steven Braekeveldt

CEO, Grupo Ageas Portugal

12h25-12h40 - INTERVENÇÃO ASF

Margarida Corrêa de Aguiar

Presidente, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

12h30-12h45 - ENCERRAMENTO

João Nuno Mendes

Secretário de Estado das Finanças



REVISÃO DA DIRETIVA SOBRE O SEGURO AUTOMÓVEL

Em 22 de junho de 2021, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia chegaram a acordo sobre a revisão da Diretiva que regula o Seguro Automóvel.

Foi o culminar de um processo iniciado em maio de 2018, com a apresentação, pela Comissão Europeia, de uma proposta de alteração da Diretiva relativa ao seguro de responsabilidade civil que resulta da circulação de veículos automóveis e à fiscalização do cumprimento da obrigação de segurar esta responsabilidade.

Tendo por objetivo garantir um elevado nível de proteção das vítimas de acidentes de viação e um tratamento equitativo dos tomadores de seguro automóvel, especialmente dos que se deslocam entre os Estados-Membros, o texto revisto prevê um conjunto de alterações na Diretiva, das quais se salientam:

► A harmonização dos montantes mínimos de cobertura em todos os Estados-Membros (6 450 000 euros por

acidente, independentemente do número de lesados, ou 1 300 000 euros por lesado para os danos corporais e 1 300 000 euros por acidente para os danos materiais, independentemente do número de lesados).

► Uma alteração do âmbito da diretiva, na sequência das decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia¹, que passa por **novas definições de "veículo" e "utilização de veículo"**.

Para efeitos da Diretiva, passam a ser definidos como "veículos" quaisquer veículos terrestres a motor com velocidade máxima de design de mais de 25 km/h ou um peso líquido superior a 25 kg.

É, no entanto, concedida aos Estados-Membros a possibilidade de, aquando do processo de transposição da Diretiva, poderem aplicar algumas derrogações, nomeadamente no que respeita ao uso de veículos em áreas de circulação restrita (portos e aeroportos, por exemplo), como arma de crime e no âmbito de provas desportivas

¹ Acórdãos "Vnuk", "Rodrigues de Andrade" e "Torreiro".

em áreas fechadas, neste último caso desde que o Estado-Membro garanta a existência de uma alternativa de seguro para estas provas.

Fora do âmbito da Diretiva ficam os veículos ligeiros elétricos ("light electric vehicles", tais como bicicletas elétricas, trotinetes com motor, segways e outros veículos semelhantes), que não se enquadram na definição de veículo. No entanto, cada Estado-Membro pode determinar, relativamente a estes veículos, a obrigatoriedade de celebração de seguro de responsabilidade civil automóvel.

O "uso de veículo" é definido como sendo qualquer uso que seja consistente com a função do veículo enquanto meio de transporte no momento do acidente, independentemente das suas características e do terreno em que o veículo é usado e independentemente de se se encontrar estacionado ou em movimento. A diretiva não é aplicável se, no momento do acidente, a função normal do veículo for outra que não a de meio de transporte.²

► O estabelecimento de regras relativas à responsabilidade – quando se verificarem determinadas circunstâncias – da seguradora do reboque por **danos provocados pelo conjunto trator-reboque**, no caso de os veículos estarem garantidos por seguros e seguradoras distintas. Estas regras visam facilitar a apresentação pelos lesados das reclamações junto das entidades responsáveis e não afetam os regimes da responsabilidade civil vigentes nos diferentes Estado-Membros.

► A criação de uma **declaração padronizada do histórico de sinistros** – certificado de tarificação –, de utilização obrigatória a nível interno e transfronteiriço, e o estabelecimento de regras para evitar a discriminação no tratamento de segurados com base na sua nacionalidade ou Estado-Membro de residência anterior, quando os seguradores tenham em consideração o seu conteúdo na fixação do prémio e demais condições contratuais.

► A criação, ou manutenção, em cada Estado-Membro, de um organismo que garanta, em caso de **insolvência/liquidação da seguradora do veículo responsável** pelo acidente, o pagamento da indemnização aos lesados, pelos danos corporais e materiais sofridos, pelo menos até aos limites da obrigação de seguro no seu Estado-Membro de

² Exclusão de acidentes que resultem de uma atividade agrícola, de construção ou industrial.

residência. Esse organismo terá depois a possibilidade de pedir o reembolso ao organismo do Estado-Membro de origem da empresa de seguros insolvente/em liquidação.

► A possibilidade de os Estados-Membros optarem por certificar **comparadores independentes de preços, tarifas e coberturas** oferecidas pelos diferentes prestadores.

► A possibilidade de **verificação transfronteiriça não intrusiva da existência de seguro dos veículos**, com recurso a ferramentas digitais de reconhecimento de matrículas, a fim de garantir que essa verificação não é discriminatória e que não há necessidade de parar o veículo.

O acordo carece ainda de aprovação formal pelo Parlamento e pelo Conselho, devendo a diretiva revista entrar em vigor 20 dias após a sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

O processo de transposição da nova Diretiva para o direito interno, que deverá ocorrer no prazo de 24 meses a contar da data de entrada em vigor, implicará, certamente, alterações ao Decreto-Lei 291/2007, de 21 de agosto, que estabelece o regime jurídico do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel.

Em todo o caso, não terá, por si só, impactos extraordinários neste regime, que adota já diversas soluções regulatórias próximas das consagradas na nova Diretiva, como o capital mínimo do seguro obrigatório, as funções do Fundo de Garantia Automóvel e mesmo a delimitação genérica do âmbito de cobertura.





RUMO A UM SISTEMA INTEGRADO DE ACOMPANHAMENTO DE PENSÕES

Na Semana Mundial do Investidor, a APS promoveu uma reflexão profunda sobre a importância de colocar ferramentas digitais ao serviço da literacia financeira e da construção de um sistema de acompanhamento de pensões. Garantir informação fidedigna, customizada e em tempo real permitirá aos portugueses melhor planearem a sua reforma.

“O Papel da Digitalização no Fomento da Poupança para a Reforma” foi o mote do *webinar* promovido pela APS no âmbito da quinta edição da Semana Mundial do Investidor, que decorreu entre 6 e 12 de outubro. Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o potencial das ferramentas digitais no acompanhamento das pensões de reforma, as suas vantagens e os seus desafios, a conferência online organizada pela APS assumiu-se como um fórum de reflexão sobre a relevância da disponibilização, em tempo real, de informação fidedigna e personalizada para uma maior sensibilização dos cidadãos para as temáticas da poupança para a reforma. Como lembrou o Presidente da APS, José Galamba de Oliveira, na abertura da sessão, é cada vez mais importante refletir sobre “a importância de se poupar para a reforma, uma vez que esta cria segurança financeira e, com isso, maior qualidade de vida na senioridade”. Estando diversos *players* do sistema financeiro e de seguros a trabalhar na área da literacia financeira – como tem sido apanágio da APS – é hora de dar um segundo passo, refletiu o líder da APS: a disponibilização de informação fiável customizada e de acesso fácil para que cada um identifique a sua posição concreta no que diz respeito à preparação e planeamento para a reforma. “É preciso colocar na agenda do nosso País a importância de vir a disponibilizar uma ferramenta com este fim, que visa disponibilizar informação que permita aos nossos cidadãos tomarem decisões informadas sobre o seu futuro financeiro no longo-prazo”, especificou José Galamba de Oliveira.

Na era da digitalização, muito incentivada pela pandemia de Covid-19, é fundamental, por isso, avançar de forma estruturada, em toda a Europa, para um sistema de acompanhamento de pensões. Margot Jilet Vesentini, Policy Advisor para a área de Pensões, do Insurance Europe, foi uma das oradoras convidadas no *webinar* e, na sua apresentação, sublinhou que, neste campo, as ferramentas digitais que permitem informação sobre pensões são particularmente importantes numa altura “em que, com as mudanças demográficas, as pessoas vão ter de ter um papel cada vez mais ativo na preparação das suas reformas”. Além disso, “o sistema de pensões está a ficar cada vez mais complexo, implica cada vez mais escolhas. Por isso, o acesso a informação é particularmente importante para ajudar as pessoas a navegarem neste ambiente desafiante.” Por outro lado, além de serem vantajosas para o setor segurador do ponto de vista dos custos, estas ferramentas tecnológicas, incentivam de forma prática e concreta as faixas de população mais jovens, e mais adaptadas ao ambiente digital, a informarem-se sobre o tema das pensões: “Não nos podemos esquecer que os jovens de hoje serão os reformados de amanhã.”

Apontando para as novas conclusões, referentes a 2021, do novo Inquérito Pan-Europeu sobre Pensões, realizado a cada dois anos pelo Insurance Europe, Margot Jilet Vesentini notou que os cidadãos europeus estão cada vez mais interessados em receber informação sobre produtos de poupança reforma em formato digital, ao invés de papel. Em 2019 era, 67%; dois anos depois e uma pandemia pelo meio, são agora 72% os europeus que afirmam esta preferência. Portugal, aliás, está acima da média europeia: a fatia de portugueses que prefere ter acesso a informação digital sobre estes produtos passou de 74% em 2019, para 80%, em 2021.

É, pois, fundamental, avançar para aquilo que se conhece como serviços de acompanhamento das pensões (*pension tracking services*). Utilizando a definição europeia, trata-se de uma aplicação online que providenciará aos cidadãos um panorama sobre o seu rendimento futuro aquando da reforma, baseados nos seus direitos a partir de todos os sistemas de pensões em que participam.

Atualmente, a implementação de sistemas deste género está a decorrer de forma assimétrica pelos países europeus. Portugal, por exemplo, está no grupo dos que têm em curso algumas ferramentas de acompanhamento de reformas; outros há que ainda não passaram das intenções; e ainda outros já têm em marcha serviços de tracking que cobrem todas as fontes de pensões. É o caso, por exemplo, da Dinamarca.

Michael Rasch, *Division Director*, EDI & PensionsInfo na Insurance & Pension Denmark, foi outro dos oradores presentes, para falar sobre o caso dinamarquês. Neste país nórdico, a implementação de serviços de acompanhamento de pensões remonta há duas décadas e é tido, pelos cidadãos dinamarqueses, como uma importante ferramenta para o planeamento e segurança financeiros. Através de uma aplicação digital, de fácil navegação, muito infográfica, é possível aos beneficiários consultarem exatamente a sua posição atual, no que diz respeito às poupanças para a reforma e nos diversos sistemas em que participam, por forma a planearem a sua reforma. “Não quer dizer que os dinamarqueses sejam os campeões do conhecimento sobre o sistema de pensões. Na verdade, só uma percentagem pequena consegue utilizar, de forma concreta e prática, esta informação no planeamento da sua reforma. “Não quer dizer que os dinamarqueses sejam os campeões do conhecimento sobre o sistema de pensões. Na verdade, só uma percentagem pequena consegue utilizar, de forma concreta e prática, esta informação no planeamento da sua reforma. Contudo, ao terem esta informação disponível, com o devido aconselhamento profissional, podem preparar a sua reforma, perceberem o que têm de fazer, por exemplo, se se quiserem reformar aos 60 anos”, referiu o especialista.

Tendo já sido identificados os benefícios da utilização deste tipo de serviços, o tema dos sistemas integrados de acompanhamento já está na agenda das instituições europeias (particularmente da Comissão Europeia e da Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma – EIOPA), que têm trabalhado sobre esta temática, mas a implementação no espaço europeu pode levar tempo a operacionalizar, devido a questões políticas, legislativas e logísticas. Mas cabe a cada País interceder pela sua agilização. Michael Rasch, fazendo uso da experiência dinamarquesa, lembra que a implementação de um sistema deste género a médio-prazo, em Portugal, só será possível com uma “parceria entre agentes públicos e privados, da indústria e do sistema pensionista”.

Este *webinar* decorreu no âmbito da Semana Mundial do Investidor, uma iniciativa criada pela Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO) para promover a educação financeira e a proteção do investidor, dando palco a temas que procuram, por um lado, ajudar os investidores a enfrentarem a incerteza decorrente da crise pandémica e, por outro, a refletir sobre o contributo que o mercado de capitais pode oferecer à economia.

COVID-19: UMA PANDEMIA EM RADIOGRAFIA

15 Estados de Emergência decretados e 218 dias em confinamento. Do primeiro caso registado ao pico de mortes num só dia (303), do país falado pelas más razões ao exemplo mundial de vacinação, e com um novo inverno à porta, eis a radiografia de uma pandemia feita em quatro edições da Seguros e Cidadania.

Ao longo de três edições, a revista *Seguros & Cidadania* anotou, por ordem cronológica, os acontecimentos da pandemia de COVID-19, provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, dando particular destaque ao que se viveu em Portugal, sem deixar de referir o que se passava no mundo.

Uma história que começou nos primeiros casos de pneumonia registados em Wuhan, capital da província chinesa de Hubei, em dezembro de 2019, e que passou a desenrolar-se em Portugal já no ano seguinte – primeiro em forma de suspeita, com um homem regressado da China colocado sob observação no Hospital Curry Cabral, em Lisboa, no final de janeiro de 2020; e definitivamente a 2 de março, dia em que se assinalou o primeiro caso positivo à COVID-19 no País.

O diretor-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus declarou, a 13 de março, a COVID-19 como uma pandemia e, cinco dias depois, através do Decreto do Presidente da República nº 14-A/2020, entrou em vigor o primeiro dos três Estados de Emergência que percorreram a primeira vaga pandémica.

Vigoraria durante 45 dias, a partir de 19 de março (mês em que se registaram os primeiros casos de infeção pelo novo coronavírus no País, assim como as primeiras mortes associadas a esta doença) até 2 de maio de 2020, com duas renovações sucessivas.

Portugal fechou fronteiras e instituiu o dever geral de recolhimento domiciliário. Foram suspensas as atividades de comércio a retalho (com exceção daquelas que disponibilizavam bens de primeira necessidade), encerraram-se instalações e estabelecimentos, impôs-se o teletrabalho sempre que possível e as aulas deixaram de ser presenciais e passaram a ser dadas nos ecrãs.

A economia ressentiu-se com o *lockdown* nacional e internacional e entrou em campo um plano de apoio. Primeiro, de cariz doméstico, seguido, mais à frente, da



famosa “bazuca” europeia, consubstanciada no Plano de Recuperação e Resiliência português, agora em curso.

3 de agosto de 2020 entrou para a história como o primeiro dia sem vítimas mortais por COVID-19, em Portugal, desde 16 de março, data em que foi anunciado o primeiro óbito causado pela pandemia. O País teria de esperar até 26 de abril do presente ano para assinalar idêntico registo.

O verão do ano passado trouxe, por um lado, um ar de normalidade com a realização de grandes eventos desportivos, da Fórmula 1 à fase final da Liga dos Campeões e ao Moto GP e, por outro, foi marcado por surtos na região de Lisboa e Vale do Tejo.

Entre avanços e recuos nos corredores aéreos (Grã-Bretanha), no final do verão, os casos começavam novamente a aumentar.

A vacinação e as novas vagas

Era o preâmbulo da segunda vaga. Portugal voltou à situação de Calamidade em outubro de 2020 e, a 9 de novembro, subiu para o patamar de Emergência.

Passados seis meses do uso desse poder constitucional, seguiram-se 173 dias consecutivos e doze renovações de Estado de Emergência (decretado 15 vezes na totalidade), que

viria a terminar no passado 30 de abril. No total, e na soma dos dois períodos em resposta a duas vagas pandémicas, foram **218 dias vividos em Estado de Emergência**.

A par da disseminação da pandemia pelo mundo, decorreu o maior esforço coletivo científico a nível planetário de que resultou no desenvolvimento de uma série de vacinas para combater o novo coronavírus SARS-CoV-2. A primeira vacina a ser aprovada foi a desenvolvida pelo consórcio Pfizer/BioNTech. Na Europa, a Agência Europeia do Medicamento aprovou a vacina da farmacêutica a 21 de dezembro e a vacinação arrancou nos países da União Europeia, incluindo Portugal, a 27 do mesmo mês. O médico António Sarmento, diretor do serviço de infeciologia do Hospital de São, foi o primeiro a ser vacinado em Portugal.

Já no decurso do processo de vacinação, Portugal sofreu um novo e duro revés. A segunda vaga foi mais mortífera e atingiu o cume no final de janeiro com 303 mortes (e 16.432 casos de infeção).

A 3 de fevereiro chegou a Portugal uma equipa clínica alemã, formada por 26 profissionais, para ajudar a conter a pandemia, no mesmo dia em que se demitiu o primeiro coordenador da task force portuguesa para o plano de vacinação, Francisco Ramos, substituído pelo vice-almirante Henrique Gouveia e Melo.

Portugal, que chegou a ser rotulado como o país do mundo com maior número de novos casos de infeção, viria a vestir, meses depois, a pele do aluno exemplar. A 31 de outubro 2021, 87% da população já tinha recebido as duas doses, contra 38,9% no mundo. É um caso de sucesso a nível mundial e apontado pela OMS como um país que demonstra a eficácia das vacinas contra a COVID-19.

Um novo inverno começa agora. Os casos de novas infeções estão, de novo, a aumentar e, no horizonte, surgem novas restrições. Ainda assim, e apesar de não ser uma doença considerada estável, muitos epidemiologistas apontam para o facto de, à semelhança da gripe, a epidemia COVID-19 estar a assumir contornos de endemia. Virá por ondas, sazonalmente, mas está para ficar. Com a devida vacinação, que diminui a contagiosidade e a mortalidade associada à doença, e os sempre indispensáveis cuidados (uso de máscara e lavagem frequente das mãos), será possível enfrentar o vírus e a infeção que mudaram as nossas vidas. Lembre-se: não saia de casa se tiver sintomas gripais e/ou COVID-19. Este combate está nas nossas mãos.

ASF REALIZA CONFERÊNCIA ANUAL

Os desafios da transição para uma economia e sociedade sustentáveis e o futuro dos setores dos seguros e dos fundos de pensões estiveram em debate.

No dia 17 de novembro, a ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões realizou a sua Conferência Anual, no Centro Cultural de Belém.

Margarida Corrêa de Aguiar, Presidente da ASF, e Pedro Siza Vieira, Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, deram as boas vindas aos participantes.

Mairead McGuinness, Comissária dos Serviços Financeiros da Comissão Europeia, foi *guest speaker* da sessão, à qual se seguiram dois painéis de debate. Estes painéis, subordinados aos temas “Os desafios da transição para uma economia e sociedade sustentáveis” e “O futuro dos setores dos seguros e dos fundos de pensões na era pós-COVID”, foram o pano de fundo para discutir temas estratégicos para o setor, com representantes de várias organizações – EIOPA, OCDE, Portugal Fintech, Banco de Portugal, AP-FIPP. A APS esteve representada pelo Presidente, José Galamba de Oliveira, integrando o segundo painel.

Em representação do Ministro de Estado e das Finanças, o Secretário de Estado das Finanças, João Nuno Mendes, fez o encerramento da Conferência.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO SETOR SEGURADOR

27/05/2021	Lei n.º 32/2021, de 27 de maio, que estabelece limitações à redação de cláusulas contratuais e prevê a criação de um sistema de controlo e prevenção de cláusulas abusivas, alterando o Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro, que institui o regime jurídico das cláusulas contratuais gerais. Concretamente, estabelece que são em absoluto proibidas, designadamente, as cláusulas contratuais gerais que "se encontrem redigidas com um tamanho de letra inferior a 11 ou a 2,5 milímetros, e com um espaçamento entre linhas inferior a 1,15".	27/07/2021	Comissão Europeia publica proposta de transposição da IFRS 17, incluindo uma opção de não aplicar annual cohorts para alguns tipos de contratos. SFDR: Comissão Europeia publica Q&A (perguntas & respostas) sobre o texto da regulamentação de primeiro nível (regulamento 2019/2088).
22/06/2021	Parlamento e Conselho da UE acordam alterações à Diretiva do Seguro Automóvel.	03/08/2021	Foram publicados dois regulamentos delegados que alteram os atos delegados de Solvência II e os regulamentos delegados (UE) 2017/2358 e 2017/2359.
02/07/2021	Comité Especial do Parlamento Europeu emite relatório sobre a estratégia europeia de combate ao cancro.	23/08/2021	Europa aprova base de dados com registo dos acidentes de todos os condutores. Trotinetas mais potentes obrigadas a ter um seguro.
06/07/2021	ASF publica Norma Regulamentar n.º 6/2021-R, que procede à segunda alteração às condições gerais e especiais da apólice uniforme do seguro de colheitas para Portugal continental. Aprovada norma regulamentar que incorpora orientações da European Banking Authority sobre a interpretação e aplicação harmonizada dos critérios STS (simplicidade, transparência e padronização). CE adota série de medidas em matéria de finanças sustentáveis (inclui regulamento delegado que complementa o artigo 8.º do regulamento taxonomia).	07/09/2021	Comissão Europeia adota as alterações das normas técnicas de regulamentação dos PRIIPS no que diz respeito ao KID [aplicar a partir 1/07/2022].
12/07/2021	Plataforma das Finanças Sustentáveis da Comissão Europeia publica para consulta dois projetos de relatório relacionados com o regulamento da taxonomia	14/09/2021	GNB Seguros muda de nome para Mudum Seguros.
14/07/2021	APS lança plataforma de literacia financeira "o risco espreita" EIOPA lança duas consultas relativamente à revisão das guidelines de Solvência II relativas a limites contratuais e ao cálculo das provisões técnicas.	22/09/2021	Comissão Europeia apresenta pacote de propostas para revisão do regime Solvência II.
16/07/2021	Publicado despacho do seaaf a prorrogar o prazo para submissão de declarações mensais de imposto do selo com meros erros até final do ano de 2021.	07/10/2021	ASF publica circular que divulga as recomendações sobre gestão da continuidade de negócio.
		12/10/2021	Publicada proposta de lei do Orçamento do Estado para 2022 (OE2022) com impactos diretos reduzidos no setor segurador.
		22/10/2021	Direito ao esquecimento aprovado no Parlamento.
		27/10/2021	Orçamento do Estado para 2022 chumbado na generalidade.



ANÁLISE DE SISTEMAS DE SAÚDE

Os sistemas de saúde dos diferentes países são geralmente divididos entre aqueles que seguem um modelo de Beveridge e os que seguem o modelo Bismark.

MODELO BEVERIDGE	MODELO BISMARCK
Modelo de origem britânica, com um Serviço Nacional de Saúde público, centralizado, financiado por impostos e cuja cobertura da população é feita com base em critérios de residência.	Modelo de origem germânica, caracterizado por um seguro social obrigatório, pago por contribuições dos trabalhadores e dos seus empregadores para fundos de doença ligados ao setor de atividade das empresas.

Independentemente do sistema de Saúde implementado em cada país, há sempre uma parte da despesa que recai sobre as famílias. E é esta realidade que justifica a existência dos seguros de saúde privados voluntários, que são uma forma de racionalizar e aliviar a despesa direta das famílias com saúde, normalmente referida como *out-of-pocket*.

Mas a função concreta destes seguros de saúde, o espaço que ocupam no financiamento da saúde varia, naturalmente, de país para país, em função da combinação de sistemas de financiamento adotada, bem como, evidentemente, da respetiva eficácia.

É neste contexto que decorre o interesse da APS em estudar, comparativamente, o papel dos seguros de saúde privados em Portugal e em diferentes países europeus, tentando identificar também oportunidades para o setor, até porque Portugal é dos países onde a despesa das famílias representa uma maior fatia do financiamento da despesa em saúde – 30%, segundo dados da Conta Satélite da Saúde 2020.

Para esta análise comparativa, foram selecionados, para além de Portugal, os seguintes países:

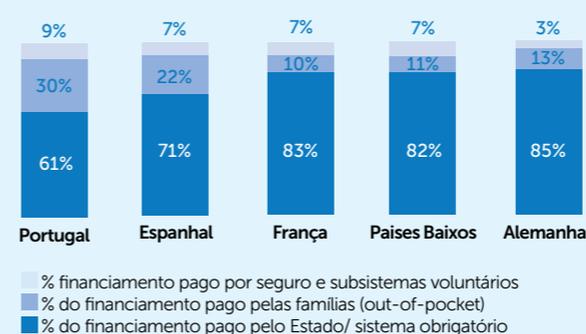
Espanha: sistema de saúde Beveridge, semelhante ao português;

França: sistema com características mistas, de ambos os sistemas;

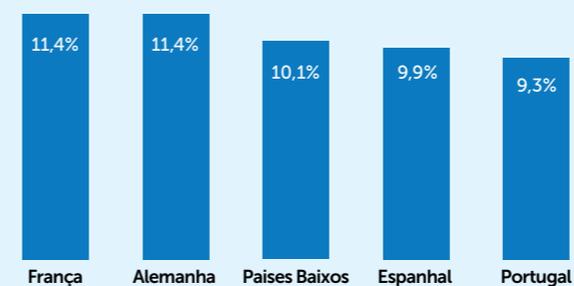
Países Baixos: sistema que evoluiu, recentemente, do sistema Bismark de seguro social obrigatório para um assente totalmente em seguros privados obrigatórios;

Alemanha: o berço do sistema Bismark.

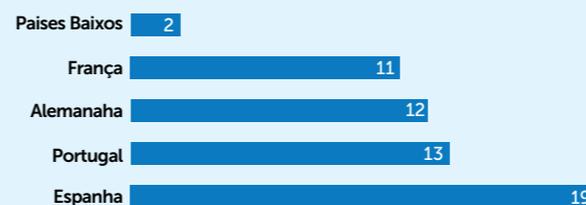
DISTRIBUIÇÃO DO FINANCIAMENTO EM SAÚDE



DESPESA EM SAÚDE EM % DO PIB



POSIÇÃO NO EURO HEALTH CONSUMER INDEX 2018



PORTUGAL

Como ponto de partida, é necessário enquadrar o mercado português. O seguro de saúde privado em Portugal tem um carácter suplementar à cobertura do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e representa cerca de 4% do financiamento total da saúde, fatia que se alarga para os 9% quando considerados adicionalmente os subsistemas existentes (como a ADSE).

No final de 2020, havia já 3,3 milhões de pessoas seguras em Portugal, o que corresponde, aproximadamente, a 32% da população residente nesse ano. A elevada despesa das famílias e a estrutura da mesma, que se concentra sobretudo em despesas relacionadas com **cuidados de ambulatório** (como consultas de especialidade, por exemplo), salienta o potencial deste setor como um financiador da despesa de saúde em Portugal.

ESPAÑHA

Em Espanha, dadas as características do seu sistema de saúde, os seguros privados também desempenham um papel suplementar, como em Portugal, permitindo atendimento médico mais rápido e ágil.

O mercado segurador espanhol caracteriza-se por:

- ▶ Predominarem os seguros individuais, como reflexo das vantagens adicionais oferecidas pelas seguradoras privadas a beneficiários das associações mutualistas existentes para a função pública (semelhantes aos subsistemas portugueses).
- ▶ Comercializar a cobertura de estomatologia (dentistas) de forma autónoma e de não haver coberturas de medicamentos nem de próteses e ortóteses (óculos).
- ▶ Cobrir com maior amplitude despesas para áreas como a psicologia clínica e a cirurgia bariátrica para controle de problemas de obesidade.

FRANÇA

Em França, como referido anteriormente, o sistema caracteriza-se por assumir princípios dos modelos Beveridge, extensíveis a toda a população residente, mas também características dos modelos Bismark, como o seguro social obrigatório e a existência de fundos e associações mutualistas associadas aos diferentes setores de atividade económica.

A organização do sistema francês é mais descentralizada, na medida em que os cuidados primários estão assentes em gabinetes médicos privados, levando o papel dos seguros voluntários a não se prender tanto com a maior rapidez no acesso a cuidados de saúde, mas sobretudo com:

- ▶ A redução da exposição aos copagamentos impostos pelo seguro social (uma percentagem do custo entre 20% a 30%, com um propósito semelhante ao das taxas moderadoras em Portugal);
- ▶ A comparticipação de custos associados a dentistas e óticas;
- ▶ O acesso a coberturas de assistência e de prevenção, como cuidados com crianças em caso de doença da pessoa segura ou vacinação contra a gripe.

Segundo dados do Ministério da Solidariedade e da Saúde francês, 96% dos residentes detinham alguma forma de seguro privado, assente numa lógica de segundo pilar de proteção (sendo o primeiro o seguro social obrigatório) que as famílias são incentivadas e apoiadas a contratar. De notar que as mútuas de seguros (i.e., empresas sem fins lucrativos), predominam neste mercado.

PAÍSES BAIXOS

A OMS considera o sistema de saúde existente como um sistema de Bismarck, por ter origem na lógica dos seguros sociais, embora tenha evoluído e se tenha diferenciado dessa lógica já neste século. O Estado assumiu, recentemente, um papel de mero supervisor e regulador do mercado dos cuidados de saúde.

Nos Países Baixos o sistema de saúde assenta agora num Seguro Social Obrigatório que se caracteriza por:

- ▶ Ser gerido apenas por seguradoras privadas que competem entre si;
- ▶ Todos os cidadãos terem de contratar um seguro com um pacote base, que cobre cuidados primários, cuidados especializados, medicamentos, saúde mental e cuidados de enfermagem, e que é oferecido ao mesmo preço pelas várias seguradoras do mercado, que não podem rejeitar qualquer cliente.
- ▶ As diferentes seguradoras competirem entre si na cap-

tação de pessoas seguras, principalmente no que respeita à qualidade dos cuidados oferecidos e tempos de espera.

Não obstante, os seguros privados voluntários, complementares a este seguro obrigatório, têm também uma elevada importância, dado que oferecem coberturas para serviços excluídos do pacote base universal, como dentistas, fisioterapia e óculos.

Para 2018, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos (OCDE) refere que 84% da população contratava este tipo de seguros complementares, que são normalmente comercializados em combinação com o pacote base obrigatório, o que tende a explicar a elevada adesão por parte da população. Nestes seguros, a seguradora tem liberdade contratual no que diz respeito à seleção do risco e ao cálculo do prémio.



ALEMANHA

Na Alemanha, onde surgiu o primeiro sistema que hoje consideramos como bismarckiano, temos um sistema caracterizado por um seguro social:

- ▶ Pago por contribuições dos trabalhadores e dos seus empregadores para fundos de doença, historicamente ligados ao setor de atividade das empresas;
- ▶ cuja cobertura não é baseada num critério de cidadania ou residência, mas sim em contribuições de trabalhadores para os diferentes fundos existentes;
- ▶ Passível de ser substituído pela contratação de um seguro privado numa empresa de seguros, por parte de alguns grupos da população. Ao contrário do seguro social, nestes seguros privados os prémios são calculados com base no risco da pessoa segura, e não com base nos rendimentos.

No sistema de saúde alemão, os seguros privados têm assim dois papéis possíveis:

- ▶ **Obrigatório:** quando em substituição do seguro social;
- ▶ **Voluntário:** quando complementar ao seguro social ou privado obrigatório.

Segundo a OCDE e a Comissão Europeia, tem-se tornado comum a contratação de um seguro voluntário para cobrir os copagamentos associados a, por exemplo, estomatologia. Em 2017, 31% dos alemães tinha um seguro voluntário, complementar ao seguro obrigatório. Este número tem crescido de uma forma sustentada, reflexo das maiores limitações às coberturas do seguro social.

EM RESUMO

	Portugal	Espanha	França	Alemanha	Países Baixos
Pessoas Seguras (% da pop. residente)	21%	25%	96%	31%	84%

Tabela 1 Indicadores sobre Seguros Privados Voluntários; 2017.

Dadas as características apontadas, comprova-se que, qualquer que seja o sistema, os seguros privados de saúde têm espaço para oferecer uma cobertura voluntária e complementar, que ajuda a aliviar as despesas das famílias e a colmatar falhas do sistema de saúde em vigor.

Portugal apresentou, em 2017, a taxa de cobertura da população por seguros privados voluntários mais baixa entre os países estudados. Simultaneamente, apresenta a maior percentagem do financiamento da saúde suportado pelas famílias. Uma crescente adesão das famílias a estes seguros é, por isso, uma tendência expectável.



INUNDAÇÕES DE JULHO 2021 NA EUROPA E ERUPÇÃO DO VULCÃO NA ILHA DE LA PALMA

O ano de 2021 tem sido pródigo em catástrofes de origem natural em todo o mundo. Exemplo disso são as inundações que ocorreram em julho na Europa ocidental e central e a erupção do vulcão Cumbre Vieja na ilha de La Palma, nas Ilhas Canárias.

As inundações da Europa tiveram início a 12 de julho no Reino Unido, causando alguns danos materiais, e estenderam-se posteriormente às bacias hidrográficas de diversos países, nomeadamente Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos, França, Suíça, Itália e Áustria, causando mortes e prejuízos generalizados.

Ao contrário de anteriores grandes inundações na Europa, por exemplo as que aconteceram em 2002 e 2013, que foram caracterizadas por ondas de inundações lentas correndo ao longo de grandes rios, as inundações de 2021 foram caracterizadas por episódios de inundações repentinas em bacias hidrográficas de pequena e média escala.

As inundações causaram grandes danos em propriedades e infraestruturas e resultaram na perda de perto de 250 vidas, incluindo quase 200 na Alemanha, cerca de 40 na Bélgica e as restantes divididas pela Roménia, Itália e Áustria. Além das fatalidades confirmadas, as enchentes levaram a cortes generalizados de energia, evacuações forçadas e danos em infraestruturas e na agricultura das áreas afetadas.

Entre 12 e 15 de julho de 2021 choveu fortemente no oeste da Alemanha, nos Países Baixos, na Bélgica e no Luxemburgo, provocando o transbordamento de vários rios a partir de dia 14.

Impactos regionais:¹

Na Alemanha, alguns dos piores danos das inundações verificaram-se no estado da Renânia-Palatinado, nomeadamente no distrito de Ahrweiler onde o rio Ahr subiu, destruindo muitos prédios e causando pelo menos 110 mortes. Chuvas fortes também causaram inundações nos estados de Baden-Württemberg e Saxónia.

Nos Países Baixos, o rio Maas atingiu seu nível mais alto no verão em mais de 100 anos, de acordo com as autoridades. Um dique do Canal Juliana rompeu, levando à evacuação de várias aldeias da província de Limburgo.

Na Bélgica, as zonas mais afetadas foram o leste e sudeste do país (províncias de Liège, Limburgo e Luxemburgo). Na cidade de Pepinster, pelo menos 20 casas desabaram e 23 das 31 vítimas em 18 de julho foram encontradas aqui. A cidade de Verviers também foi gravemente afetada e mais de 10.000 de seus residentes tiveram que ser evacuados por causa de casas que se tornaram inabitáveis.

No Luxemburgo, centenas de pessoas foram evacuadas de suas casas em Echternach e Rosport.

Em França, a região de Grand-Est foi a mais afetada por inundações, tendo as regiões de Hauts-de-France e Bourgogne-Franche-Comté também sido afetadas por inundações locais.

Na Suíça, vários serviços ferroviários e o tráfego fluvial de grandes embarcações foram temporariamente suspensos devido à subida do nível dos rios e lagos.

No Reino Unido, foram relatadas inundações repentinas particularmente severas na área de Londres e noutros lugares da Inglaterra, bloqueando estradas e linhas ferroviárias.

Segundo estimativas de outubro, quer da CRESTA, organização da indústria seguradora que fornece um padrão global para zonas de acumulação de risco e perdas da indústria, quer do ressegurador Swiss Re, as inundações de julho na Europa Ocidental geraram um volume de perdas estimado para o setor segurador em cerca de 10

¹ Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/2021_European_floods

mil milhões de €. Segundas outras estimativas, como do corretor AON, este valor corresponderá a menos de metade das perdas totais decorrentes deste evento.

Uma associação entre estas inundações e as alterações climáticas tem sido logicamente aventada pela comunidade científica, até porque elas se seguiram à ocorrência de ondas de calor sem precedentes no noroeste da América e no norte da Europa. Aliás, já antes os cientistas haviam avisado que eventos climáticos extremos se tornariam mais comuns em consequência das alterações climáticas. Mas, em rigor, serão necessárias mais pesquisas e análises para entender melhor o mecanismo por detrás deste fenómeno em concreto.

Entretanto, em 19 de setembro de 2021 entrou em erupção o vulcão Cumbre Vieja, numa área florestal na ilha de La Palma, nas Ilhas Canárias.

A erupção foi precedida por um enxame de terremotos (mais de 22.000 registados no espaço de uma semana), prenúncio do que se iria seguir.

Cerca de 300 pessoas da área próxima do local foram evacuadas logo após a erupção, mas desde então tem crescido continuamente o número de edifícios e infraestruturas destruídos pelas torrentes de lava que escorrem das bocas do vulcão até ao mar ou afetados pela queda de cinzas e material vulcânico e pela emissão de gases tóxicos, que prejudicam igualmente a atividade económica e a vida dos palmenses.

No dia 28 de setembro, face ao aumento constante dos danos patrimoniais e económicos causados pela erupção, o governo de Espanha classificou a ilha de La Palma como uma zona de desastre, de forma a permitir a atribuição de subsídios de emergência e outras medidas de apoio.

Apesar de ainda não de se antever o final da atividade vulcânica, a indústria seguradora espanhola já começou a indemnizar os danos sofridos pelos proprietários dos bens afetados pela erupção, através do Consorcio de Compensación de Seguros (CCS), entidade empresarial pública que desempenha múltiplas funções na área dos seguros, entre elas as relacionadas com a cobertura de riscos extraordinários, incluindo fenómenos da natureza, terrorismo e ações das Forças Armadas e Órgãos de Segurança.

Fazem parte da lista dos fenómenos da natureza denominados “riscos extraordinários” cujos danos são indemnizados pelo CCS, as inundações extraordinárias, os terremotos, os maremotos, as erupções vulcânicas, as tempestades ciclónicas atípicas e a queda de corpos siderais e aerólitos.

Para ter direito à indemnização do Consorcio pelos danos sofridos em consequência de um fenómeno derivado dos riscos extraordinários cobertos por esta entidade, o bem sinistrado deve estar coberto por uma apólice de determinados ramos de seguro, nomeadamente Incêndio e Eventos da Natureza, Veículos Terrestres, Veículos Ferroviários, Outros Danos Materiais, Perdas Pecuniárias Diversas, bem como Vida e Acidentes. Ao se subscrever uma cobertura de seguros em qualquer um destes ramos (ou modalidades combinadas das mesmas) os respetivos bens seguros ficam automaticamente cobertos contra riscos extraordinários, no mínimo pelos mesmos capitais.

Para que o CCS pague a indemnização por riscos extraordinários, o segurado deve ter em dia o pagamento do recibo do prémio da apólice de seguro, que inclui uma sobretaxa a favor do CCS.

No caso concreto da erupção em La Palma, o Consorcio de Compensación de Seguros assume diretamente com os seus próprios meios a gestão e o pagamento dos pedidos de indemnização, após avaliação dos danos indemnizáveis ocorridos e que continuem a ocorrer em consequência deste episódio vulcânico.

Segundo a nota informativa do CCS publicada em 20 de setembro, é condição para apresentar o pedido de indemnização que o sinistrado esteja seguro e que tenha o seu seguro em vigor no momento do início da erupção vulcânica.

O CCS indemnizará os danos causados a segurados (de seguros de vida ou acidentes), caso ocorram. Também indemnizará os danos causados aos bens seguros (privados ou públicos), sejam vivendas ou edifícios em propriedade horizontal, veículos motorizados, instalações de escritório; estabelecimentos comerciais, de serviços



e outras propriedades de uso não industrial, indústrias, e obras civis e infraestruturas.

O CCS indemniza tanto os danos materiais causados pela erupção, pela lava e outros materiais, como os danos imateriais que deles decorram, como a perda de rendas dos proprietários, as despesas de alojamento decorrentes da inabitabilidade do domicílio, ou da perda de rendimentos devido à paralisação de estabelecimentos comerciais, de serviços ou industriais, conforme as condições previstas no contrato de seguro do sinistrado.

Até 22 de novembro, o CCS tinha pago aproximadamente 42,5 milhões de euros aos segurados afetados pela erupção vulcânica na ilha de La Palma, após tramitação de 214 pedidos de indemnização, número que representa apenas cerca de 10% dos 2.209 pedidos recebidos até ao momento. Estes pagamentos correspondiam a 185 edifícios de habitação, 20 veículos automóveis, 8 estabelecimentos comerciais e 1 instalação industrial afetados pela erupção.

Significa isto que a fatura total deste evento excederá, largamente, este montante, com um limite que é prematuro estimar nesta fase (quando a erupção não dá ainda sinais de abrandar), mas que corresponderá, certamente, às proporções catastróficas que se teme que o fenómeno tenderá a atingir.

OUTRAS FONTES

https://en.wikipedia.org/wiki/2021_European_floods
<https://www.insurancejournal.com/news/international/2021/10/05/635447.htm>
<https://www.cresta.org/uploads/files/Media/2021/2021-10-04-CRESTA-Press-Release-CLIX-Q3-21-Update.pdf>
https://en.wikipedia.org/wiki/2021_Cumbre_Vieja_volcanic_eruption
<https://www.consorseguros.es/web/inicio>



POUPANÇA E REFORMA, UMA SEMANA DE DEBATES

A 1ª Semana Europeia da Reforma, organizada por mais de uma dezena de associações dos setores segurador e financeiro europeus, decorre entre 29 de novembro e 3 de dezembro

Ao longo de uma semana, um programa de conferências e apresentações analisa e discute soluções que garantam a todos os cidadãos europeus o direito a uma reforma justa. “Com os países Europeus a enfrentarem o rápido envelhecimento, as taxas de pobreza e exclusão social entre os pensionistas estão a subir, especialmente na sequência da pandemia de COVID-19 e para determinadas categorias de trabalhadores. Ao mesmo tempo, os sistemas de pensões enfrentam crescentes restrições orçamentais”, aponta a organização, pelo que é prioritário garantir mecanismos que protejam os cidadãos os cidadãos e lhes garantam qualidade de vida e segurança financeira na senioridade.

A Semana Europeia da Reforma, que decorre entre 29 de novembro e 3 de dezembro, vem assinalar anualmente a importância deste tema, contando com o apoio de 11 associações que representam os setores segurador e financeiro europeus. Nesta primeira edição, o programa tem como evento de abertura a intervenção de Mairead McGuinness, Comissária Europeia para as áreas de serviços financeiros, estabilidade financeira e união do mercado de capitais. No decorrer da semana, os painéis de debate procuram, por um lado, sensibilizar os cidadãos para a necessidade de pouparem e prepararem as suas reformas e, por outro, lançar luz sobre aquelas que são as tendências que estão a moldar o panorama das pensões na Europa.

Entre os organizadores encontram-se: AGE Platform Europe, BETTER FINANCE, BEUC – The European Consumer Association, European Association of Paritarian Institutions (AEIP), European Banking Federation (EBF), EFAMA, the European Fund and Asset Management Association, Federation of European Securities Exchanges (FESE), Insurance Europe e Pensions Europe.

O programa está disponível no site da [Insurance Europe](https://www.insuranceeurope.eu), onde pode também proceder à inscrição.

<https://www.insuranceeurope.eu/events/2356/european-retirement-week>

aps ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE SEGRADORES